

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
MESTRADO ACADÊMICO

REGINA SAMPAIO REIS

**A LEITURA FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO NO HORIZONTE DA
ARQUEOLOGIA**

São Luís – MA

2025

REGINA SAMPAIO REIS

**A LEITURA FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO NO HORIZONTE DA
ARQUEOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Maranhão, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, para obtenção do título de mestre em filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Wandêilson Silva de Miranda (UFMA)

Coorientador: Prof. Dr. Alessandro de Lima Francisco (CIPh)

São Luís – MA

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Sampaio Reis, Regina.

A LEITURA FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO NO HORIZONTE
DA ARQUEOLOGIA / Regina Sampaio Reis. - 2025.
82 p.

Coorientador(a) 1: Alessandro de Lima Francisco.

Orientador(a): Wandêilson Silva de Miranda.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Filosofia, Universidade Federal do Maranhão, São Luís -
Ma, 2025.

1. Arqueologia. 2. Discurso. 3. Foucault. 4.
Liberalismos. 5. Neoliberalismo. I. de Lima Francisco,
Alessandro. II. Silva de Miranda, Wandêilson. III.
Título.

REGINA SAMPAIO REIS

**A LEITURA FOUCAULTIANA DO NEOLIBERALISMO NO HORIZONTE DA
ARQUEOLOGIA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Maranhão, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, para obtenção do título de mestre em filosofia.

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wandêilson Silva de Miranda
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Alessandro de Lima Francisco
Doutor em Filosofia
Collège International de Philosophie (CIPh)

Prof. Dr. Luis Hernán Uribe Miranda
Doutor em Filosofia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. Miguel Ângelo Oliveira do Carmo
Doutor em Filosofia
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

À Suely Garcês, José Raimundo Alves e Carla
Suelene X. Garcês, por todos os anos de apoio,
confiança e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À Suely Garcês, agradeço por todos os anos de apoio, confiança e cuidado.

A José Raimundo Alves, por todo apoio, incentivo e conselhos dados.

À Carla Suelene, por todas as horas despendidas, por todas as conversas e palavras amigas.

Ao meu orientador, Wandeilson Silva de Miranda, por toda orientação e confiança em meu trabalho.

Ao meu coorientador e amigo, Alessandro Francisco, por todos os anos de orientação, conselhos, apoio e confiança em minha pesquisa.

Aos meus pais, Roberto Reis e Marinalva Reis, por toda confiança e fé nos objetivos aos quais me empenhei.

Ao meu amigo e irmão, Ivo Santos, pelas palavras amigas, pela confiança, pela paciência.

“Não sei se é preciso dizer hoje que o trabalho crítico também implica a fé nas Luzes; ele sempre implica, penso, o trabalho sobre nossos limites, ou seja, um labor paciente que dá forma à impaciência da liberdade.” (Michel Foucault)

RESUMO

A presente pesquisa parte do pressuposto de que no curso de 1979, *Nascimento da Biopolítica* (1979), proferido por Michel Foucault no *Collège de France*, o método arqueológico, comumente associado aos anos 1960, foi empregado de maneira singular para analisar os liberalismos, em especial o neoliberalismo. Propõe-se, portanto, evidenciar a utilização desse método, destacando traços específicos presentes nas aulas de 1979, bem como retomar o projeto geral de Foucault, intitulado *História dos Sistemas de Pensamento*, para compreender a coerência metodológica de suas análises. Esse projeto, caracterizado por uma história descontínua e geral, combina arqueologia e genealogia, o que permitiu ao filósofo fazer análises diversas e rigorosas. A pesquisa configura-se como uma tarefa de experimentação, visando explicitar as escolhas do método arqueológico no curso e sua relevância para um diagnóstico singular da atualidade, apontando a distinção do trabalho empreendido por Foucault de outras perspectivas como as marxistas ou que veem o neoliberalismo como mera continuidade do liberalismo clássico. Assim, busca-se demonstrar que o método arqueológico, por sua abertura e caráter experimental, não apenas sustenta a singularidade da análise foucaultiana do neoliberalismo, mas também se apresenta como uma ferramenta valiosa para o estudo de outros acontecimentos históricos, sem excluir a relevância de métodos complementares.

Palavras-chave: Arqueologia. Discurso. Foucault. Liberalismos. Neoliberalismo. Racionalidade.

ABSTRACT

This study is grounded in the premise that, in the 1979 course *The Birth of Biopolitics*, delivered by Michel Foucault at the *Collège de France*, the archaeological method, typically associated with the 1960s, was uniquely employed to analyze liberalisms, particularly neoliberalism. The research aims to highlight the application of this method, identifying specific features present in the 1979 lectures, while revisiting Foucault's broader project, the *History of Systems of Thought*, to understand the methodological coherence of his analyses. Characterized by a discontinuous and general history, this project integrates archaeology and genealogy, enabling Foucault to conduct diverse and rigorous analyses. Configured as an experimental endeavor, the study seeks to elucidate the choices of the archaeological method in the course and its significance for a singular diagnosis of the present, distinguishing Foucault's work from Marxist perspectives or those viewing neoliberalism as a mere continuation of classical liberalism. Thus, it demonstrates that the archaeological method, due to its openness and experimental nature, not only underpins the uniqueness of Foucault's analysis of neoliberalism but also emerges as a valuable tool for studying other historical events, without dismissing the relevance of complementary approaches.

Keywords: Archaeology. Discourse. Foucault. Liberalisms. Neoliberalism. Rationality.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. O QUE É A ARQUEOLOGIA E SEUS PRESSUPOSTOS	12
2.1. O pensamento foucaultiano e suas relações com a epistemologia francesa do século XX.....	12
2.2. Projeto Geral: a História dos sistemas de pensamento.....	14
2.3. A arqueologia e sua especificidade	20
2.3.1. O enunciado e o discurso	21
2.3.2. As positivities, o <i>a priori</i> histórico e o arquivo	24
2.4. O nexu <i>Saber-Poder</i>	26
2.5. A genealogia e os saberes sujeitos	27
3. UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO	30
3.1. As racionalidades, as relações de poder e os jogos de verdade	31
3.3. Racionalidade liberal do século XVIII: o princípio de autolimitação governamental, <i>laissez-faire</i> e <i>homo œconomicus</i> da troca	35
3.4. Racionalidade ordoliberal do século XX: o princípio da concorrência pura, <i>Gesellschaftspolitik</i> e <i>homo œconomicus</i> da empresa	40
3.5. Racionalidade anarcoliberal do século XX: generalização ilimitada da forma econômica do mercado e <i>homo œconomicus</i> empresário de si	52
4. A DESCRIÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CURSO NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA	60
4.1. As evidências do método arqueológico nas aulas do curso.....	63
4.2. As críticas direcionadas ao pensamento foucaultiano	68
4.3. A importância da Arqueologia para novas formas de diagnóstico da atualidade	74
5. CONCLUSÃO FINAL	78
REFERÊNCIAS	81

1. INTRODUÇÃO

No curso *Nascimento da Biopolítica*, de 1979, Foucault propõe dar continuidade ao estudo da biopolítica iniciado em 1976 no curso *Em defesa da sociedade* e, logo após, trabalhado no curso *Segurança, Território, População* de 1978. Com esta finalidade, considerou oportuno compreendê-la a partir de uma análise dos liberalismos, seja do dito liberalismo clássico, seja daquele chamado neoliberalismo, explicitando suas diferenças e particularidades, sempre por meio de periodizações. É nessa empreitada que Foucault, tomando os liberalismos como formas de racionalidade governamental, confronta o pensamento liberal do século XVIII com o neoliberalismo do século XX, a fim de evidenciar, dessa maneira, as diferenças entre essas racionalidades e de compreender a singularidade deste último.

Essa empreitada se inscreve num projeto mais amplo de Foucault, denominado *História dos sistemas de pensamento*, título de sua cátedra no *Collège de France*, também conhecido como “História crítica do pensamento” (Foucault, 2004a, p. 234). Esse projeto, que tem sua coerência metodológica, possui como objeto privilegiado a análise de discurso realizada, necessariamente, por meio da abordagem arqueológica, perspectiva que tem por pressuposto uma história descontínua e geral. Isso permitiu que o trabalho empreendido no curso de 1979 fosse consideravelmente diferente das análises sobre o mesmo tema que se aproximavam do marxismo ou ainda daquelas que reduzem o neoliberalismo à reativação ou à continuidade de práticas e teorias econômicas do século XVIII.

É precisamente pelo método arqueológico – sempre aberto e experimental –, que as análises de Michel Foucault passam por campos de experiências diversas e alcançam resultados variados, de maneira que é mister a compreensão do procedimento por ele utilizado para analisar a chamada racionalidade neoliberal, se se pretende rigorosamente compreender o seu pensamento tal qual foi exercitado no curso.

Desse modo, essa dissertação se propõe a 1) fazer um resgate do projeto geral de Foucault, mostrando que há uma coerência nas análises por ele realizadas e que o método arqueológico possui certas escolhas que lhe conferem sua singularidade, permitindo vislumbrar a complementaridade imprescindível entre arqueologia e genealogia, mesmo em suas pesquisas posteriores à década de 1970; 2) destacar o uso da arqueologia no curso de 79, uma vez restituído o referido projeto geral, explicitando as escolhas do método arqueológico presentes nas análises empreendidas em suas aulas; 3) por fim, buscar evidenciar a importância do método arqueológico para a singularidade da análise do neoliberalismo que foi realizada por Foucault,

de modo a permitir a preconização de seu uso – sem a exclusão ou negação da relevância de métodos diferentes – para a análise de outros acontecimentos, uma vez que, pelo método arqueológico, é possível realizar um diagnóstico propriamente dito – no uso que Foucault faz desse termo – da atualidade.

2. O QUE É A ARQUEOLOGIA E SEUS PRESSUPOSTOS

A história do pensamento desenvolvida por Michel Foucault, e que dá nome à cátedra para a qual foi eleito em 1969 no *Collège de France*, intitulada *História dos sistemas de pensamento*, é um projeto de análise que privilegia o discurso e possui uma abordagem singular, a arqueologia. Essa abordagem permitiu a Foucault alcançar resultados diversos daqueles obtidos por meio de outras perspectivas, em muito porque a premissa medular de tal abordagem é identificar as condições de possibilidade dos discursos num dado período histórico da cultura ocidental com vistas a encontrar os diferentes espaços de organização desses discursos, ou seja, as diversas ordens do discurso que engendram variadas práticas, isto é, formas de agir e de pensar.

Neste capítulo, pretende-se interrogar o método arqueológico, utilizado por Michel Foucault, que viabilizou um percurso de abordagem dos temas mais variados, tais como o estudo da formação das ciências humanas, do dispositivo de sexualidade, dos sistemas prisionais, dos liberalismos entre outros, apresentando seus pressupostos, que tomam como inspiração a tradição kantiana de uma postura crítica, bem como o resgate de algumas das escolhas de método norteadoras de suas análises, que partem justamente (a) da suspensão do sujeito como fundamento e origem do discurso e, assim, de todo conhecimento, bem como, (b) da suspensão dos universais antropológicos (visão de mundo, espírito de uma época, mentalidades), e (c) do estudo das práticas como campo de encadeamento dos modos de agir e de pensar, ou ainda, “do que se diz e do que se faz” (Foucault, 2006a, p. 338).

2.1. O pensamento foucaultiano e suas relações com a epistemologia francesa do século XX

Antes de abordar propriamente a arqueologia, é pertinente retrazar brevemente o quadro da epistemologia francesa e das suas aproximações com o trabalho de Michel Foucault, bem como, dos deslocamentos que este pensador realizou em relação a essa epistemologia.

A corrente da epistemologia francesa, também denominada epistemologia histórica, é usualmente associada aos nomes de Gaston Bachelard (1884-1962), Alexandre Koyré (1892-1964), Georges Dumézil (1898- 1986) e Georges Canguilhem (1904-1995), e defendia que a filosofia das ciências possui uma dimensão histórica, como sua tese principal, sendo a história um instrumento privilegiado para a reflexão sobre as condições de possibilidade dos

conhecimentos científicos, de modo que a ciência deveria ser analisada do ponto de vista de sua cientificidade (Machado, 2006, p.n.).

Foucault teve grande proximidade com a epistemologia francesa, principalmente com aquela desenvolvida por Canguilhem. Foucault reconhece a importância do trabalho do epistemólogo ao afirmar que, “em todo debate de ideias que precedeu ou sucedeu o movimento de 1968, é fácil de reencontrar o lugar daqueles que, direta ou indiretamente, haviam sido formados por Canguilhem”. Em outra passagem, destaca a linha divisória que demarca dois pólos nas discussões e oposições do século XX no campo da filosofia, e que já estaria em vigor desde o século XIX, quais sejam: “uma filosofia da experiência, do sentido, do sujeito e uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito” (Foucault, 2000a, p. 353); de um lado, nomes como os de Sartre e Merleau-Ponty, de outro lado, nomes como os de Bachelard, Koyré, Canguilhem (Foucault, 2000a, p.353).

É possível falar da epistemologia de Canguilhem – e também de Bachelard – como de um domínio que considera a ciência como produção de conhecimentos e que dá privilégio ao conceito – em suas inter-relações com outros conceitos numa mesma ciência e em diferentes ciências –, uma vez que expressa de modo primordial a sua normatividade interna, isto é, a verdade científica. Trata-se de um domínio atento às discontinuidades que permitem observar o desenvolvimento característico da história das ciências e o caráter normativo que ela deve possuir – o que a diferencia de uma história factual ou descritiva, que apenas descreve a história como conjunto de fatos que seguem o princípio de continuidade.

O discurso científico produtor de verdade exige do historiador uma postura valorativa. Todavia, não deve haver confusões no que concerne a essa tarefa, porquanto não cabe à epistemologia definir a verdade da ciência, nem mesmo definir aprioristicamente as condições de possibilidade do conhecimento. Seu objetivo é refletir filosoficamente sobre as ciências, privilegiando a formação de seus conceitos, ou, como diz Roberto Machado (2006, p.n.), “delimitar o que caracteriza a operação científica por meio da investigação da produção de conhecimentos de uma determinada ciência”, sem, contudo, aceitar critérios universais para essas ciências, optando pelo método de uma análise regional¹.

¹ Assim como Bachelard, Canguilhem também desaprova a pretensão de formulação de um racionalismo geral, em prol de um racionalismo regional, ou seja, inexistindo critérios de racionalidade que sejam válidos para todas as ciências, é preciso investigar diversas regiões de cientificidade. Assim Bachelard se volta às ditas ciências constituintes da região da natureza ou da matéria, a física e a química, e Canguilhem, seguindo a mesma linha metodológica, investigou a biologia, anatomia e fisiologia, a região que caracteriza as “ciências da vida”. Cf. Machado, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006, p.n.

Foucault estava inserido nesse ambiente intelectual em que a fenomenologia e o marxismo eram, assim como a história das ciências, referências predominantes. E, ainda que tenha participado desse ambiente, logo encontrou numa certa epistemologia francesa outra estratégia para pensar as ciências. Destarte, é possível observar claramente essa marca em seu modo de fazer história, tendo em vista que a especificidade da história arqueológica pode ser delimitada a partir do problema da racionalidade (Machado, 2006 p.n.; Yazbek, 2015, p. 40). Do mesmo modo, é possível observar que ele irá assumir uma concepção descontínua da história, isto é, considerá-la nos seus fenômenos de ruptura, na incidência das interrupções. Ainda de acordo com Roberto Machado (2006, p.n.), Michel Foucault inaugura uma nova região de análise que gravita em torno da questão do homem e das ciências humanas, norteador-se, assim, por outros princípios que não são mais os da epistemologia, sem, todavia, renegar tal referência.

Pode-se falar, então, de certa “herança” epistemológica² do pensador francês, mas sem menosprezar os deslocamentos em relação a esta referência, o que contribuiu para caracterizar a singularidade do método arqueológico. Lá onde se privilegia a ciência como ponto de investigação, fazendo-se a distinção entre ciência e pré-ciência, ou seja, numa história epistemológica das ciências, Foucault irá investigar as formações discursivas, o elemento de positividade dos saberes, um nível que é distinto daquele da ciência propriamente dita ou da opinião, mas, em que elas se inscrevem e funcionam com papéis variáveis e transformáveis (Foucault, 2008a, p. 204). Por conseguinte, a arqueologia difere da epistemologia em abordagem e em objeto de estudo, e é possível observar, nos rumos tomados pelas análises que Foucault empreendeu, certas diferenças em relação àqueles empreendidos pela epistemologia francesa.

2.2. Projeto Geral: a História dos sistemas de pensamento

Nesta dissertação, busca-se levantar evidências que atestem o uso do método

² É interessante deixar claro que esta é, de acordo com Roberto Machado, uma das referências mais interessantes para entender a arqueologia de Foucault. Todavia, não podemos esquecer que muitas outras foram importantes como o pensamento de Nietzsche, Althusser e mesmo Merleau-Ponty. E mais ainda, o próprio Kant, pois, Foucault deixa evidente em muitos momentos de sua trajetória, que teve em Kant a inspiração de uma postura crítica. Cf. Foucault, M. *O que é crítica?* (1978). Lisboa: Edições Texto & Grafia, 1999a; *O que são as Luzes?* (1984). 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b; *Foucault* (1984). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004a; *O governo de si e dos outros* (1982-1983). 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010; *A vida: a experiência e a ciência* (1985). 1. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a; *Le discours philosophique*. Paris: Seuil/Gallimard, 2023.

arqueológico por Michel Foucault em todas as pesquisas realizadas no âmbito da História dos sistemas de pensamento e, mais precisamente, na análise do neoliberalismo. Logo, advoga-se a necessidade da compreensão de tal método e, de modo geral, de seu projeto como um horizonte para melhor entender as particularidades apresentadas ao longo de seu trabalho. É importante observar alguns princípios que caracterizam a arqueologia, citados por Foucault em diversas passagens de seus livros, aulas e conferências, que serão destacados mais à frente neste capítulo.

A História dos sistemas de pensamento toma por inspiração uma atitude filosófica que se traduz em todas as pesquisas realizadas por Foucault, ao menos desde a defesa de sua tese em 1961. Essa atitude, segundo ele, é aquela que, desde Kant – ao se interrogar criticamente sobre o presente e sobre sua posição no presente refletindo sobre a *Aufklärung* – atravessa toda a Modernidade⁴. Assim observada pelo pensador francês, essa atitude se apresenta como um *êthos*, que é possível caracterizar como “crítica permanente do nosso ser histórico”, uma “ontologia histórica de nós mesmos”, do que dizemos, pensamos e fazemos (Foucault, 2000b, p. 347), um modo de relação com a atualidade, uma escolha voluntária na qual a maneira de pensar, sentir, agir e se conduzir marca simultaneamente um sentimento de pertencimento e também uma tarefa (Foucault, 2000b, p. 342).

Apesar de sua inspiração kantiana – e apenas nesse sentido se pode inscrevê-lo num neokantismo –, pode-se observar pontos de cisão com relação a Kant: ao caracterizar positivamente essa atitude crítica, no ponto em que a crítica se dedicava à pesquisa de estruturas formais de valor universal e necessário, voltada à compreensão de uma razão absoluta e à análise dos limites do conhecimento, as pesquisas se voltam à história, na perspectiva foucaultiana, para observar os acontecimentos que levaram ao autorreconhecimento dos indivíduos como sujeitos do que se faz, do que se pensa e do que se diz; isto, por sua vez, implica que a crítica que Foucault assumiu não é transcendental e não toma por finalidade possibilitar uma metafísica. Pelo contrário, é uma crítica que tem por método a arqueologia e por finalidade a genealogia (Foucault, 2000b, p. 348; 2005, p. 16).

[...] ela é genealógica em sua finalidade e arqueológica em seu método. Arqueológica – e não transcendental – no sentido de que ela não procurará depreender as estruturas universais de qualquer conhecimento ou de qualquer ação moral possível; mas tratar tanto os discursos que articulam o que pensamos, dizemos e fazemos como os acontecimentos históricos. E essa

⁴ De acordo com Foucault, Kant fundou duas grandes tradições críticas na filosofia Moderna: de um lado uma tradição que trata sobre as possibilidades do conhecimento verdadeiro, uma analítica da verdade; de outro lado, um pensamento crítico que toma a forma de uma ontologia do presente ou atualidade. Nesta última Foucault inscreve a ele próprio, Hegel à Escola de Frankfurt, Nietzsche, Max Weber. Cf. Foucault, M. *O que é o Iluminismo?* (1984). Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/iluminismo.pdf>.

crítica será genealógica no sentido de que ela não deduzirá da forma do que somos o que para nós é impossível fazer ou conhecer; mas ela deduzirá da contingência que nos fez ser o que somos a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar o que somos, fazemos ou pensamos (Foucault, 2000b, p. 348).

Essa atitude, ainda de acordo com Foucault, deve ser experimental, pois propõe se direcionar a um domínio de pesquisas históricas, e continuamente se colocar à prova da realidade de modo a se desviar de projetos que se pretendam globais, optando estrategicamente por transformações precisas apresentadas nas passagens de um certo período histórico a outro (Foucault, 2000b, p. 348). Por fim, pode-se dizer que esta atitude é uma atividade que não busca exaurir a realidade e desenvolver verdades universais, mas é uma experiência teórica e prática reiteradamente aberta, em constante transformação, sem, contudo, permanecer à mercê de um absoluto desarranjo: as pesquisas têm sua homogeneidade, respondem a uma sistematização e possuem uma generalidade.

Dessa maneira, Foucault observa que desde o século XVIII, aproximadamente, a grande aposta foi depositada ao mesmo tempo no progresso técnico (crescimento das capacidades técnicas de agir sobre as coisas) e na liberdade individual dos indivíduos. A aquisição de capacidades e a luta pela liberdade foram, portanto, elementos constantes na história das sociedades ocidentais (Foucault, 2000b, p. 349). Entretanto, juntamente com essas constantes e relacionadas a elas, pôde-se observar formas de relações de poder veiculadas por diversas práticas, ou seja, o crescimento das capacidades está em um incessante vínculo com a intensificação das relações de poder que se viram desenvolver mais ou menos a partir do século XVIII. É preciso, então, estudar os conjuntos de práticas, tomar como domínio homogêneo de referência o que as pessoas fazem e a maneira pela qual fazem, as formas de racionalidade⁵ que organizam as maneiras de fazer e a liberdade com a qual as pessoas agem nesse domínio de práticas, reagindo à ação dos outros e, até certa medida, modificando as regras desse próprio domínio (Foucault, 2000b, p. 350).

Esses conjuntos de práticas, ademais, se inscrevem em três grandes domínios que não são estrangeiros uns aos outros, e Foucault se propôs a estudar sua especificidade e

⁵ A razão para Foucault tem uma história e tal história não se desdobra até o ato fundador do sujeito racional. O filósofo defende que a razão se autocria, conseqüentemente, a tentativa sempre foi a de analisar formas de racionalidade, ou seja, “diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais as racionalidades se engendram umas às outras, se opõem e se perseguem umas às outras”. Os regimes de racionalidade formam, então, conjuntos de regras, prescrições, que visam um fim (codificação/prescrição) e determinam domínios de objetos sobre os quais se pode articular proposições verdadeiras ou falsas. Foucault, M. *Estruturalismo e pós-estruturalismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000c, p. 317-318; Cf. *Mesa-redonda em 20 de maio de 1978*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006a; *Posfácio de L'impossible Prison*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006b.

intrincamento. Ele os especifica em três eixos – o que, em uma leitura desatenta, pode levar a uma interpretação de cisão entre eles – : o eixo do saber, o eixo do poder e o eixo da *ética* (Foucault, 2000b, p. 350). Tem-se, por conseguinte, um funcionamento mútuo desses eixos: aquele das relações de domínio sobre as coisas, das relações com os outros, e, por sua vez, da relação consigo. Destarte, pode-se encontrar aí, uma série de questões e uma abertura a um número de pesquisas que, ao menos inicialmente, parece infinito. Mas, todas essas pesquisas responderão a uma sistematização precisa: como os indivíduos se constituem sujeitos de seu saber; como se constituem sujeitos que exercem e sofrem as relações de poder; como se constituem sujeitos morais de suas ações (Foucault, 2000b, p.350; 2010, pp. 5-6). Em outras palavras, estudar como as formas de saber, as formas de poder e a experiência que o indivíduo faz consigo mesmo constituem figuras históricas determinadas por certas formas de problematização pelas quais se vê definir objetos, regras de ação e modos de relação consigo (Foucault, 2000b, pp. 350-351).

Essas figuras históricas são decorrentes dos modos de problematização de determinada época, elas são o conjunto das práticas discursivas que fazem alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso, constituindo-a como objeto para o pensamento, seja sob a foma de reflexão moral, de conhecimento científico, da análise política entre outras formas (Foucault, 2000b, pp. 350-351; 2004a, p. 235).

Para Michel Foucault, uma história dos sistemas de pensamento como história crítica do pensamento é aquela da emergência dos jogos de verdade, questão privilegiada de uma arqueologia do saber: “[...] história das ‘veridicções’, entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos” (Foucault, 2004a, p. 234) ou ainda “análise de focos de experiências” que concebe o pensamento como um fato histórico que mantém com a verdade relações diversas (Foucault, 2004b, p. 241).

[...] por “pensamento” queria dizer uma análise do que poderia se chamar de focos de experiência, nos quais se articulam uns sobre os outros: primeiro, as formas de um saber possível; segundo, as matrizes normativas de comportamento para os indivíduos; e enfim os modos de existência virtuais para sujeitos possíveis. [...] Experiência da loucura, experiência da doença, experiência da criminalidade e experiência da sexualidade (Foucault, 2010, pp. 4-7).

O projeto empreendido pelo pensador francês não deve ser confundido com uma História das ideias, entendida como uma análise ligada aos temas da gênese, da continuidade e da totalização, isto é, uma descrição global. O que Foucault nomeia História das ideias é um modo de

descrição histórica que não leva em conta suas rupturas, seus pontos fragmentários, englobando todos os acontecimentos em uma continuidade e totalização.

Entre a descrição arqueológica e a história das ideias o pensador destaca quatro diferenças importantes: 1) esse tipo de análise busca definir pensamentos, representações, temas, imagens etc., que puderam se ocultar ou se manifestar nos discursos, toma, portanto, os discursos como signos de outra coisa, ou seja, toma-os como *documentos* e tenta interpretá-los, enquanto a arqueologia trata do próprio discurso enquanto práticas que são regidas por regras específicas, ou seja, se dirige ao discurso como *monumento*, em seu volume próprio; 2) procura encontrar continuidade nos discursos, em precedência, desenvolvimento e seguimento: busca-se uma progressão; enquanto a análise arqueológica, tenta definir os discursos em sua especificidade própria com o jogo de regras característico e irreduzível em dado período, tenta fazer uma análise diferencial dos tipos de discurso ou modalidades enunciativas; 3) faz da consciência humana o tema originário de todos os saberes e todas as práticas que constituem, portanto, duas faces de um mesmo sistema de pensamento enquanto totalização, i.e., toma como instância principal um sujeito criador que é razão de ser e princípio de unidade de uma obra, instância global e causal; a arqueologia, por conseguinte, busca definir os tipos e regras de práticas discursivas que em algum aspecto atravessam obras individuais, o sujeito do conhecimento não lhe interessa enquanto origem de algo; 4) procura retornar a uma origem, ou seja, reconstituir a experiência e pensamentos da figura do autor, repetir o que foi dito lá onde encontra sua identidade; enquanto a descrição arqueológica opera ou tenta operar uma reescrita, ou seja, na exterioridade própria do discurso não busca uma origem, mas uma descrição sistemática do discurso enquanto objeto (Foucault, 2008a, p. 157).

Essa história do pensamento – que também não é análise do pensamento como produção de um sujeito, que buscaria, para além dos próprios enunciados, algo como a intenção desse sujeito que fala, a sua atividade consciente e também inconsciente – se configura principalmente como análise das condições de formação ou modificação de relações entre sujeito e objeto, considerando essas relações como constituintes de um saber possível (Foucault, 2004a, p. 235).

É preciso deixar igualmente claro que essa modalidade de pesquisa não trata da definição das condições formais da relação com o objeto, também não se refere ao destaque das condições empíricas que possibilitam o conhecimento do objeto pelo sujeito, nem mesmo consiste numa história das aquisições ou ocultações da verdade, ou seja, uma certa História da Verdade como aquilo que poderia ser julgado como verdadeiro no campo do conhecimento (Foucault, 2017, p. 11). Este empreendimento trata do modo de subjetivação, do processo de

constituição do sujeito como figura histórica. Trata também do modo de objetivação, ou seja, em que condições algo se torna objeto de conhecimento possível, haja vista que tanto as formas de subjetivação quanto as formas de objetivação mudam de acordo com o saber em jogo. Objetivação e subjetivação são interdependentes e os jogos de verdade aparecem do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca. Em suma, a história crítica do pensamento é a história da emergência desses jogos de veridicações, o estudo das formas pelas quais se articulam os discursos pretensamente verdadeiros ou falsos, sua emergência e seus efeitos no real (Foucault, 2004a, p. 235).

Dentro deste projeto, Foucault aponta duas maneiras de condução da análise dos jogos de verdade: primeira, realizada em *As palavras e as coisas* (livro publicado pela primeira vez em 1966) consiste numa análise do aparecimento e da inserção, em domínios e segundo a forma de conhecimento com *status* científico, do sujeito que fala, trabalha e vive, isto é, da formação de algumas Ciências Humanas e do homem. Buscou evidenciar um trabalho realizado num nível menos habitual que aquele do historiador da ciência, o qual descreve os processos e os produtos da consciência científica (Foucault, 2000d, p. 184). Trata-se do nível denominado arqueológico, em que se busca “determinar o fundamento ou o sistema arqueológico comum a toda uma série de ‘representações’ ou de ‘produtos’ científicos dispersos através da história natural, da economia e da filosofia da época clássica”. Dedicou-se a analisar um “inconsciente positivo do saber”, regras de formação discursiva que, sem que tivessem consciência plena, gramáticos, naturalistas e economistas obedeceram ao realizar seus estudos, para formar seus conceitos e construir suas teorias – eis o *a priori* histórico que Foucault menciona (Foucault, 2000d, p.185). Para ele, não se tratava de se referir ao cientista, ao economista ou ao naturalista, nem mesmo de constituir o comportamento intelectual dos mesmos. Ele estava interessado nas condições de funcionamento de práticas discursivas específicas que permitiam a formação de um certo número de conceitos em contextos teóricos diversos encontrados em seus textos (Foucault, 2009, p. 266).

Mas, nessa análise dos jogos de verdade, há ainda uma segunda maneira de se conduzir, a saber, aquela que se ocupa da constituição do sujeito: como ele pôde aparecer e se tornar objeto de conhecimento por meio de práticas como a psiquiatria, a medicina, a penalização *etc.* Essas são pesquisas que Foucault já havia realizado em *História da loucura na Idade clássica*, publicado pela primeira vez em 1961, e igualmente em *Nascimento da Clínica* (1963) e em *Vigiar e Punir* (1975). Ainda dentro do projeto geral da arqueologia e no âmbito dessa maneira de realizar a análise, Foucault estudou a constituição do sujeito como *objeto* para ele próprio – uma história das subjetivações –, desse modo, a formação dos procedimentos pelos

quais o sujeito foi levado a se observar, a se analisar, decifrar-se e reconhecer-se como campo de saber possível: como louco dentro de um campo de experiência da loucura, doente dentro da região da medicina, criminoso dentro do sistema de penalização e outros (Foucault, 2004a, pp. 236-237).

Michel Foucault esclarece que tomar como fio condutor de todas essas análises as relações entre subjetivação e verdade requer também escolhas de método, impondo-se, dessa maneira, algumas *regras* ou princípios a serem seguidos. Este é um traço importante nessa história crítica efetuada por Foucault, pois se desenha uma coerência metodológica presente até mesmo em suas últimas pesquisas. Primeiro, a *suspensão do sujeito constituinte*, o que engloba, *a)* tentar inverter o procedimento filosófico de remontar ao sujeito constituinte, do qual se exige dar conta do que pode ser todo objeto de conhecimento geral, *b)* levar em consideração *autores* apenas como uma função de coerência discursiva, uma das especificações da função sujeito, *c)* descer ao estudo das práticas concretas, entendendo-as como um lugar de articulação entre modos de agir e de pensar. Conjuntamente, fazer uma análise das relações de poder, ou seja, estudar a diversidade de procedimentos e técnicas da maneira como os homens são governados um pelos outros levando em conta os jogos de verdade. Em segundo lugar, ao suspender o sujeito como origem do discurso, é necessário o *distanciamento em relação aos universais antropológicos*, ou seja, *a)* contornar os universais antropológicos para interrogá-los em sua constituição histórica; *b)* experimentar e analisar tudo o que se propõe da ordem dos universais – tudo que se refere à natureza humana ou às categorias que se podem aplicar ao sujeito (Foucault, 2004a, pp. 238-239).

Tem-se, por conseguinte, princípios que se apresentam com coerência metodológica, mas também com uma finalidade, a saber, compreender a relação dos saberes com os jogos de verificação e, conseqüentemente, com a formação de subjetivações e modos de governo: sujeito louco, sujeito doente, sujeito criminoso, sujeito da concorrência *etc.* A esta finalidade, ousa-se dizer que Foucault chamou de genealogia, entendida como o combate contra os efeitos de poder resultantes de jogos de verificação (Foucault, 2005, pp. 14-15).

2.3. A arqueologia e sua especificidade

A abordagem arqueológica é característica do projeto geral de Foucault. O próprio

termo *arqueologia* remonta à sua inspiração kantiana⁹, mais exatamente quando Kant indica a possibilidade de uma “história filosófica da filosofia”, isto é, uma “história *a priori*” (Kant, I. [2000], p. 130). Aqui, reside um dos equívocos que geralmente ocorrem ao se deter no pensamento de Foucault: desconsiderar seu projeto geral e restringir a arqueologia ao período cronológico correspondente aos anos 60, ou até mesmo considerar que a análise arqueológica é voltada exclusivamente às ciências humanas, uma vez que o filósofo já havia ampliado as possibilidades de aplicação do método em *A Arqueologia do saber* (Foucault, 2008a, pp. 218-219):

Pode-se responder, agora, à pergunta que se propunha há pouco: a arqueologia só se ocupa das ciências e nunca passa de uma análise dos discursos científicos? E responder duas vezes não. O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do *saber*. Além disso, se ela se ocupa do saber em sua relação como as figuras epistemológicas e as ciências, pode, do mesmo modo, interrogar o saber em uma direção diferente e descrevê-lo em um outro feixe de relações. A orientação para a *episteme* foi a única explorada até aqui. [...] Mas esse é apenas o ponto preferencial da abordagem; não é um domínio obrigatório para a arqueologia.

Havia, então, a possibilidade de estender o método arqueológico para descrever outros domínios que não apenas o campo da *episteme*¹⁰, mas isso não implica que ele deixaria de ter como objeto privilegiado o discurso. Então, cabe, agora, fazer alguns destaques a respeito desta especificidade que torna viável a descrição arqueológica e, mais ainda, evidenciar sua utilização no curso de 1979, *Nascimento da Biopolítica*.

É preciso, ainda, lembrar que a pretensão desta dissertação não é exaurir o método com suas diversas noções e domínios. Contudo, far-se-á o esforço de recuperar alguns de seus aspectos importantes, tornando possível compreender a particularidade das análises empreendidas pela arqueologia.

2.3.1. O enunciado e o discurso

⁹ Em resposta a George Steiner, importante crítico literário, Foucault dá pistas de uma inspiração kantiana da qual advém o nome dado ao seu método, *arqueologia*: “Ele afirma que o significado da palavra ‘arqueologia’, no uso que Kant faz dela, não lhe é desconhecida. Ele chega até mesmo a dar prova de seu saber. Falta de sorte: engana-se de palavra, de texto ou de sentido. Lendo *Os Progressos da Metafísica*, encontrará nele a palavra, o texto e o significado aos quais faço referência; não se trata absolutamente, ao contrário do que crê, de um ‘condicionamento *a priori* da percepção’”. Foucault, M. *Foucault répond* (1971). Paris: Gallimard, 1994a, p. 239, tradução nossa.

¹⁰ De acordo com a filósofa francesa Judith Revel (1966-), a noção de *episteme* será, após alguns anos, substituída pela noção de *dispositivo*, sendo a *episteme* um “dispositivo especificamente discursivo”, enquanto a noção pela qual será substituída engloba também as instituições e práticas. Revel, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos, SP: Clara luz, 2005.

O objeto de análise da arqueologia é, principalmente, o discurso. Por sua vez, isso pode, em algum aspecto, limitar tal empreendimento a um campo linguístico ou interpretativo. Todavia, o empreendimento arqueológico é outro e tem caráter de diagnóstico¹¹ da atualidade. Para melhor entendimento, é crucial observar as particularidades do que Foucault chamou de enunciado e de discurso, pois estes têm características bastante pungentes.

Para ele, o enunciado tem uma existência singular, ela não é totalmente linguística, nem exclusivamente material. Isto é, não está no mesmo nível da língua (conjunto de signos), nem existe do mesmo modo que os objetos em sua materialidade. Também não está na mesma categoria da frase, nem naquela da proposição, nem ainda naquela dos atos de fala ou de linguagem (*speech act*). Ele é o que faz com que existam conjuntos de signos de modo singular, é o que define as possibilidades de aparecimento, mas, também, de delimitação do que concede valor de verdade a uma proposição ou sentido a uma frase (Foucault, 2008a, pp. 91-98).

Ao tratar dos enunciados, a descrição arqueológica não se refere a figura do sujeito enquanto instância de formulação, ou seja, não se refere ao sujeito para poder descrever um enunciado. O que se deve assinalar é a posição do sujeito; entretanto, não para explicitar alguma relação entre o *autor* e sua formulação, intenção ou ato falho. Trata-se da determinação das posições, lugares, espaços que os indivíduos devem ocupar para que sejam sujeitos de uma dada enunciação. Na perspectiva da arqueologia, o sujeito da reflexão e da percepção é suspenso em prol de uma multiplicidade de funções. Aponta Foucault sobre essa suspensão (2009, p. 287):

Sei que, empreendendo a análise interna e arquitetônica de uma obra (quer se trate de um texto literário, de um sistema filosófico, ou de uma obra científica), colocando entre parênteses as referências biográficas ou psicológicas, já se recolocaram em questão o caráter absoluto e o papel fundador do sujeito. Mas seria talvez preciso voltar a essa suspensão, não para restaurar o tema de um sujeito originário, mas para apreender os pontos de inserção, os modos de funcionamento e as dependências do sujeito. Trata-se de inverter o problema tradicional. Não mais colocar a questão: como a liberdade de um sujeito pode se inserir na consistência das coisas e lhes dar sentido, como ela pode animar, do interior, as regras de uma linguagem e manifestar assim as pretensões que lhe são próprias? Mas antes colocar essas questões: como, segundo que condições e sob que formas alguma coisa como um sujeito pode aparecer na ordem dos discursos? Que lugar ele pode ocupar em cada tipo de discurso, que

¹¹ Logo mais se falará sobre o arquivo e sua importância na análise arqueológica, por agora, é importante saber que a análise do arquivo enquanto a massa das coisas ditas em um dado período histórico que segue regularidades específicas, e que não pode ser descrito totalmente, porque se dá por fragmentos e nunca em seu tempo presente, é o que permite, por sua diferença com o tempo presente, delimitar a atualidade, ou seja, possibilita o diagnóstico da atualidade, não pelo quadro distintivo que se faz com o passado, mas pelo exercício de desprendimento das continuidades que perfilam identidades temporais. Foucault, M. *A Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p. 148; *Le Discours Philosophique*, 2023, p. 252.

funções exercer, e obedecendo a que regras? Trata-se, em suma, de retirar do sujeito (ou do seu substituto) seu papel de fundamento originário, e de analisá-lo como uma função variável e complexa do discurso.

Nesse tipo de descrição, portanto, não é preciso fazer remissão a uma instância fundadora de discursos; o enunciado não é projeção direta de situações determinadas nem de representações, não se reduz à utilização das regras linguísticas por um sujeito falante, não se refere a um *cogito* (Foucault, 2008a, p. 138). Volta-se ao próprio enunciado em sua existência singular. Essa unidade-enunciado está presente numa frase, numa proposição, num ato de fala, bem como, em gráficos, uma fórmula algébrica, uma obra de arte, um livro, “uma curva de crescimento, uma pirâmide de idades, um esboço de repartição”, entre outros (Foucault, 2008a, p. 93).

O discurso, para Foucault, é, portanto, um conjunto de enunciados provenientes de uma mesma formação discursiva¹². Ele não é uma forma ideal ou unidade retórica formal e intemporal que pode ser repetida de forma indefinida e cujos aparecimento e utilização poderiam ser assinalados na história, pois o discurso é constituído por um número limitado de enunciados para os quais se pode, em alguma instância, definir seu conjunto de condições existenciais. O discurso “é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade”, (Foucault, 2008a, p. 133). Para além daquilo que apenas traduz as lutas, os sistemas de dominação, é aquilo pelo que se luta, é poder que é desejado¹³ (Foucault, 2014, p. 10).

¹² “No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* [...]. Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva” (Foucault, 2008a, p. 43).

¹³ De acordo com Foucault, o discurso analisado pela lupa da História das ideias é considerado ao mesmo tempo como plenitude e riqueza indefinida (plethora dos elementos significantes em relação a um significado único e plethora do significado em relação a um único significante), todavia, na análise arqueológica o discurso é dotado de uma raridade que lhe é característica: a lei de raridade dos enunciados repousa no princípio de que nem tudo é sempre dito, mas o que é dito está em seu lugar próprio e singular. A raridade do enunciado lhe concede um “valor”, valor que não se define por sua verdade, mas que caracteriza o lugar de cada um, sua capacidade de trocas, de circulação, de transformação. O discurso, desse modo, aparece como um bem que é raro, finito, desejável, útil e que tem suas próprias regras de aparecimento, suas condições de apropriação e de utilização; é um bem que coloca desde sua emergência a questão do poder: é objeto de luta, precisamente, objeto de luta política. Foucault, M. *A Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p. 137; *A ordem do discurso*. 24ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2014, p. 10).

2.3.2. As positivities, o *a priori* histórico e o arquivo

As práticas discursivas ocorrem dentro de uma positividade. Uma positividade é o que caracteriza a unidade de um discurso. Todavia, essa unidade não se refere à valorização da verdade ou do rigor de um pensamento. Ela é o que permite o aparecimento dos discursos, não importando quem falou, se o que foi dito correspondia à verdade ou não, se era considerado ciência ou não:

A descrição arqueológica não considera o discurso como sendo feito de acontecimentos homogêneos (formulações individuais), essa descrição leva em conta os diversos planos de acontecimentos que estão na própria densidade do discurso (plano dos enunciados, do aparecimento de objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas estratégicas, da derivação de novas regras de formação, da substituição de uma formação discursiva por outra), isso implica que é ineficaz fazer perguntas como: “‘Quem é o autor?’ ‘Quem falou?’ ‘Em que circunstâncias e em que contexto?’ ‘Animado por que intenções e tendo que projetos?’” (Foucault, 2008a, p. 193).

A positividade é também o que faz aparecerem suas diferenças, ou seja, por mais dispersos que sejam os discursos, eles se comunicam de algum modo pela positividade a que pertencem e fazem parte de uma mesma formação discursiva (Foucault, 2008a, pp. 142-143):

Essa unidade [...] permite o aparecimento da medida segundo a qual Buffon e Lineu (ou Turgot e Quesnay, Broussais e Bichat) falavam da "mesma coisa", colocando-se no "mesmo nível" ou à "mesma distância", desenvolvendo "o mesmo campo conceitual", opondo-se sobre "o mesmo campo de batalha"; e ela faz aparecer, em compensação, a razão pela qual não se pode dizer que Darwin fala da mesma coisa que Diderot, que Laennec dá continuidade a Van Swieten, ou que Jevons se segue aos fisiocratas[...]. Ela define um espaço limitado de comunicação: espaço relativamente restrito, já que está longe de ter a amplitude de uma ciência tomada em todo o seu devir histórico, desde sua mais longínqua origem até seu ponto atual de realização; mas um espaço mais extenso, entretanto, que o jogo das influências que pôde ser exercido de um autor a outro, ou que o domínio das polêmicas explícitas.

A forma positiva dos discursos, juntamente com as condições em que se exerce a função enunciativa (o lugar ocupado pelo sujeito) é o que define um campo discursivo onde aparecerão e se relacionarão identidades formais, continuidades temáticas, mudanças conceituais e outros. Destarte, a positividade funciona a partir do que Foucault chamou de um *a priori* histórico do discurso.

Esse *a priori* histórico da positividade é a condição de realidade da emergência dos

enunciados, de toda sua descontinuidade, sua dispersão, sua coerência e incoerência, suas superposições e substituições, simultaneidade que lhes é própria. O *a priori* é aquilo que, portanto, dá conta do discurso como algo histórico, algo que não se reduz ao sentido da frase ou à verdade da proposição, e não aparece de forma aleatória, mas obedece a uma regularidade¹⁴, a leis específicas.

É preciso esclarecer que o *a priori* histórico não é uma estrutura intemporal. Ele se define como “o conjunto das regras que caracterizam uma prática discursiva” e não se situa além da historicidade (Foucault, 2008a, p. 144). É um conjunto em si mesmo transformável: – não se engessa, não é imóvel – não se configura em regras impostas do exterior; ele corresponde às próprias regras que ligam os elementos com os quais se correlaciona, os modifica e é modificado por eles. Ele é puramente empírico (Foucault, 2008a, p. 145).

A descrição do discurso é feita no elemento do que Foucault nomeou *arquivo*, isto é, a massa discursiva de um dado período histórico. De um lado, o arquivo de uma época não é totalmente descritível. De outro, não se pode descrever o arquivo do presente. Entretanto, não se pode confundi-lo com o passado que deveria ser restituído pela memória. O arquivo só pode ser descrito por regiões, por níveis, por um distanciamento cronológico. De um modo geral, pode-se dizer que o arquivo é: a) o sistema que rege o aparecimento dos enunciados em sua singularidade de acontecimento; b) o que permite que as coisas ditas, a massa discursiva, não seja amorfa, linear, igual, e sem regularidade; c) o arquivo é o sistema de enunciabilidade dos “enunciados-acontecimentos”, é o que define o modo de atualidade do “enunciado-coisa”, é o sistema de seu funcionamento. Ele não unifica o discurso de uma época, é o que os diferencia, fazendo ressaltar sua existência múltipla e sua duração própria (Foucault, 2008a, p. 147).

De um modo geral, a descrição do arquivo, que jamais é acabada, precisa ser feita pela descrição das formações discursivas, pela análise das positivities, pela demarcação do campo enunciativo que estão em vigor. Desse modo, a arqueologia interroga o discurso no nível de sua própria existência, interroga a função enunciativa que se exerce num campo discursivo, interroga a formação discursiva à qual pertence (*a medicina, a psiquiatria, a economia*), bem como o sistema geral do arquivo do qual participam os discursos, ou seja, os interroga como práticas específicas de um arquivo (Foucault, 2008a, p. 149).

¹⁴ As regularidades de acordo com Foucault são os elementos que ligam enunciados, i.e., “uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas”. Todo enunciado é portador de uma certa regularidade e esta designa para qualquer enunciado o conjunto de condições nas quais se exerce a função enunciativa. Ela especifica, portanto, um campo efetivo de aparecimento. Foucault. M. *A Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a, p. 42.

2.4. O nexó *Saber-Poder*

Para o pensador, as formações discursivas não são nem ciências prontas, nem ciências abandonadas em proveito de novas exigências científicas. Essas unidades possuem natureza e nível diferentes daqueles da ciência instituída: entre a opinião e o conhecimento científico, existe um nível bem particular que é o saber. O saber é o conjunto de elementos formados por uma prática discursiva. Este não toma corpo apenas em textos teóricos ou em instrumentos de experiências, mas também em práticas e instituições, todavia, não se configura como resultado dessas práticas e instituições, ele possui regras que lhe são próprias, regras características de sua existência, seu funcionamento e sua história (Foucault, 2011, p. 301).

O saber é o que permite a determinação das condições de aparecimento de uma ciência ou dos conjuntos discursivos que requerem esse *status*. Contudo, não se encerra nestes. A ciência, dentro de um campo de saber, tem um *status*, exerce um papel que é variável e modificável de acordo com as formações discursivas (Foucault, 2008a, pp. 206-207):

O saber não é o canteiro epistemológico que desapareceria na ciência que o realiza. A ciência (ou o que passa por tal) localiza-se em um campo de saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações. Aquilo que, na época clássica, era considerado como conhecimento médico das doenças da mente ocupava, no saber da loucura, um lugar muito limitado: não era mais que uma de suas superfícies de afloramento entre muitas outras (jurisprudência, casuística, regulamentação policial etc.); [...] as análises psicopatológicas do século XIX, que também passavam por conhecimento científico das doenças mentais, desempenharam um papel muito diferente e bem mais importante no saber da loucura (papel de modelo e de instância de decisão). Do mesmo modo, o discurso científico (ou supostamente científico) não garante a mesma função no saber econômico do século XVII e no do século XIX.

O saber é, desse modo, uma noção utilizada metodologicamente por Foucault para tratar de “todos os procedimentos e a todos os efeitos de conhecimento que são aceitáveis num dado momento e em um domínio preciso” (domínio da loucura, da economia, da sociedade). Desde logo, o saber implica também, formas de exercício de poder. Noção que o filósofo usou para tratar de “toda uma série de mecanismos particulares, definíveis e definidos, que parecem suscetíveis de induzir comportamentos ou discursos” (Foucault, 1999a, p. 14). Assim, saber e poder formam um nexó, possuem relações complexas que precisam ser analisadas.

Esses termos, em todos os períodos de análise realizados pelo filósofo, possuem

conteúdo preciso, pois são especificados, nunca havendo necessariamente O saber ou O poder, sempre se trata de um elemento de saber e de um mecanismo de poder (Foucault, 1999a, p. 14). Eles servem como grade de análise para Foucault, não são isolados e estranhos um ao outro, não se configuram como categorias distintas, porquanto, tudo que se figure de um lado como elemento de saber está conforme a um conjunto de regras que são característicos de tal ou tal tipo de discurso científico de uma dada época, bem como, também está dotado ou incita efeitos de coerção ao que é tomado como a verdade de uma época, isto é, ao que é validado ou aceito como racional. Do mesmo modo, os mecanismos de poder funcionam na manifestação de procedimentos, instrumentos, modos, objetivos que tenham a potência de validação em sistemas relativamente coerentes de saber (Foucault, 1999a, p. 15).

Descrever o nexo entre o saber e o poder é o que permite entender a construção da aceitação de um sistema (sistema da delinquência, loucura, penalidade, sexualidade), ou seja, é o retomar em sua positividade. O retomar enquanto sistema já instituído e aceito, e buscar as regras que permitem a sua aceitação. Este é, portanto, o nível procedimental da arqueologia. As positivities não são aceitáveis por causa de algum direito originário, nem são ocultas e se revelariam à consciência dos indivíduos a partir da sua adesão a certo progresso da racionalidade. A análise dessas positivities, levando em conta que são singularidades puras, não recorre a uma rede causal para sua explicação, mas busca estabelecer uma rede que a apreenda enquanto efeito. A positividade se torna inteligível justamente no que ela tem de singular, nas suas diferenças. É aqui, portanto, que se alcança a compreensão da operação genealógica, no sentido de que se tenta reconstituir.

Por meio da arqueologia não se analisa os sistemas em direção a uma gênese ou uma causa primordial. O que se busca analisar são as condições de aparecimento de uma positividade a partir de diversos elementos determinantes, que aparecem não como produto, mas como efeito. E a genealogia busca liberar as estratégias que possibilitam que os sistemas apareçam como efeito. Dessa forma, arqueologia, genealogia e estratégias são três dimensões de uma mesma análise que operam simultaneamente para retomar as positivities ou “as condições que tornam aceitável uma singularidade cuja inteligibilidade se estabelece pelo reconhecimento das interações e das estratégias as quais ela se integra” (Foucault, 1999a, p. 18).

2.5. A genealogia e os saberes sujeitos

A dita fase genealógica das pesquisas de Michel Foucault, usualmente restrita aos anos 70, seria aquela que tem por eixo o poder¹⁵. Nesse período, há, todavia, o desenvolvimento de uma perspectiva mais ampla, sempre com atenção à mesma problemática geral de seu empreendimento (Yazbek, 2015, p. 91). Essa espécie de reorganização da pesquisa se deu em razão da insatisfação de Foucault com relação ao seu alcance e de sua tentativa de não incorrer nos erros dos quais buscava escapar (Foucault, 2005, p. 06).

A relação entre arqueologia e genealogia permanece clara e mesmo explícita em diversos de seus textos, inclusive no ano de 1984, frequentemente caracterizado pelo eixo da ética. Diz Foucault, “A arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem” (Foucault, 2005, p. 16). O método descritivo da arqueologia, desse modo, continua presente em suas análises e, ainda que tenha mudado de temas, isso não implica necessariamente abandonar o método arqueológico.

Nas chamadas genealogias, Foucault buscou fazer aparecer a relação dos discursos com variadas instituições, variadas práticas que encadeiam modos de agir e pensar, conseqüentemente, formas de exercícios de poder. Trata-se de um procedimento contra os efeitos de poder dos discursos institucionalizados, dos discursos teóricos unitários, formais e científicos que sujeitam saberes locais, descontínuos, não formalizados, desprezados em prol dos discursos englobadores e hierarquizados. Nessas genealogias, é perceptível a aplicação das regras de método que Foucault se impõe desde o início, no chamado período arqueológico, uma vez que sua pretensão com as genealogias é justamente liberar os saberes históricos, dessujeitá-los e torná-los, então, capazes de luta contra os discursos centralizadores da dita ciência (Foucault, 2005, pp. 15-16). É nesse sentido também que não se pode falar em teoria do Poder em Foucault.

A relação entre arqueologia e genealogia aparece, destarte, durante toda a sua produção, pois é característica de seu projeto. Em 1984, por exemplo, sob o pseudônimo de

¹⁵ De acordo com Foucault, o que está em jogo nessas genealogias é o poder, e o que se pretende não é uma teoria do poder, mas uma análise dos poderes, seus efeitos, relações com diferentes dispositivos, os modos como se exerce e sobre quais níveis se exerce nos mais variados domínios. De um modo geral, ele se distanciou consideravelmente do que denominou *economismo* na teoria do poder, que era corrente nas concepções clássicas que se encontram por volta do século XVIII, nas quais o poder tem seu modelo formal na ordem da troca contratual, e nas de cunho marxista, nas quais o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e de seu funcionamento, significando, desse modo, que seu papel essencial seria o de manutenção das relações de produção e da recondução da dominação de classe. Sua proposta é a de uma análise não-econômica do poder que não o considera um bem ou objeto que pode ser trocado ou dado, ou ainda um mantenedor e recondutor das relações econômicas, mas, sobretudo, um exercício que existe apenas em ato e é em si mesmo uma relação de força. Foucault. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. pp. 19-20.

Maurice Florence, num verbete escrito para o *Dictionnaire des philosophes*, Foucault dirá que faz uma história dos jogos de verdade que é, por sua vez, uma questão da arqueologia (Foucault, 2004a, p. 235). Igualmente, nas introduções de dois volumes da *História da sexualidade* (1976; 1984), observará que os discursos sobre a sexualidade estão intrinsecamente ligados às relações de poder e mais precisamente aos jogos de verdade, propondo-se uma análise histórica que passa em revista os discursos que sustentam uma hipótese repressiva a partir do século XVII, assim como uma vontade de saber e as escolhas estratégicas que os sustentam (Foucault, 1999b, p. 17; 2017, pp. 09-11).

No que concerne ao curso *Nascimento da biopolítica* de 1979, Foucault dá novamente indícios de que ainda utiliza o método arqueológico, sobretudo ao afirmar que, para abordar a prática governamental tal como o faz, será necessário realizar uma escolha teórica e metodológica: a suspensão dos universais históricos¹⁶, que torna possível uma história diferente daquelas apresentadas por sociólogos, historiadores e economistas. Com esse objetivo, realizou uma periodização que evidenciou a existência de diversos sistemas de pensamento, nos quais se articularam diferentes discursos e práticas dos ditos liberalismos em certo período da modernidade. Pode-se, portanto, observar em inúmeros exemplos de textos, entrevistas e aulas que Foucault reafirmou a todo momento sua empreitada, ainda que em algumas dessas passagens ela apresentasse um delineamento um tanto obscuro. Aos poucos, os princípios do método arqueológico foram se estabelecendo com mais clareza, de tal modo que, ao conhecê-los, torna-se possível detectar como Foucault os aplicou, assim como seus desvios. Ainda que não anuncie insistentemente o método que utilizou em suas variadas pesquisas, deixava sempre claro seguir algum princípio estratégico que remonta à arqueologia.

¹⁶ É válido também destacar a importância do pensamento de Paul Veyne a respeito do afastamento dos universais históricos como grelha de inteligibilidade para abordagem do liberalismo empreendida por Foucault. Cf. Foucault, M. *Nascimento da Biopolítica*. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2021.

3. UMA LEITURA ARQUEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO

O curso *Nascimento da biopolítica* é um conjunto de 12 aulas nas quais Foucault analisa o liberalismo a fim de situá-lo no panorama geral da biopolítica¹⁷, pois, segundo ele, não seria possível compreender a biopolítica sem tratar de uma racionalidade política, o regime governamental, da qual os fenômenos intrínsecos à população não podiam ser dissociados (Foucault, 2021, p. 293). De um modo geral, trata-se de compreender como se deu a relação entre uma gestão da população e uma racionalidade política que tem como premissa medular o sujeito de direito e a liberdade individual de iniciativa (Foucault, 2021, p. 293).

É interessante reiterar que no curso *Nascimento da biopolítica*, o foco principal não são os liberalismos, nem uma história dos liberalismos, a finalidade não estava em dizer o que foi o liberalismo, mas buscar entender como a governamentalidade¹⁸ liberal operou nas relações de poder, e, conseqüentemente, por jogos de verdade. Nas palavras do próprio filósofo, ele visava estudar no curso “a emergência deste regime da verdade como princípio de autolimitação do governo” (Foucault, 2021, p. 44). E, no que lhe concerne, o interesse dessa dissertação é compreender o procedimento utilizado por Foucault no curso, assim como identificar os pressupostos deste procedimento e, ainda, singularizar esse procedimento com relação a outros modos de análise. Logo, o foco de tal trabalho também não está nos liberalismos, mas, antes,

¹⁷ Inicialmente, Foucault usava a noção de Biopoder para designar dois mecanismos de poder que, cada um a seu nível, operavam sobre a vida. Com o decorrer de seus escritos passa a utilizar-se apenas de uma das noções do Biopoder, que é a biopolítica. O Biopoder aparece como uma nova forma de exercer o antigo direito soberano, caracterizado pela posse que o soberano tinha sobre as vidas dos súditos, podendo causar-lhes a morte ou deixá-los viver. Ele se manifesta tanto no dispositivo disciplinar, como no dispositivo da biopolítica: o primeiro a surgir, por volta do final do século XVII, foi a *anátomopolítica* do corpo humano ou disciplina, seu investimento foi direcionado ao corpo como sendo suscetível de transformações, controle, vigilância e adestramento. O segundo aparece no final do século XVIII, a biopolítica da população, este mecanismo foi investido sobre a população e seus processos biológicos, i.e., em tudo que se refere à vida dos indivíduos em conjunto: natalidade, longevidade, morbidade, saúde, procriação, habitação etc. Em suma, trata-se do controle dos corpos individuais e normatização dos indivíduos enquanto corpo social, técnicas de poder que promoveram de um lado a transformação do indivíduo em corpo útil economicamente e do outro, obediente politicamente, promoveram uma administração política da vida da população. Cf. Foucault, *Em defesa da sociedade*, 2005; *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b; *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1999b.

¹⁸ Governamentalidade de acordo com o que apresenta o filósofo é, de todo modo, todo o conjunto de práticas e instituições, todo um regime de verdade que emerge e que promove o desenvolvimento contínuo dos modos de governo. De modo geral, quando Foucault fez uma “história da governamentalidade” buscou ver nesse acontecimento que foi a governamentalização progressiva do Estado, as particularidades do que parece ser o desenvolvimento de um regime de racionalidade com práticas específicas, e que desde o século XVIII, se inscreve na arte de governar e produz efeitos no real. No curso de 1979, esclarece que o que chamou de governamentalidade nada mais foi do que uma proposta de grelha de análise para as relações de poder. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, pp. 61-62; *Segurança, Território, População*, 2008b, pp. 143-143).

no método que Foucault usou para analisar os mesmos.

Como visto, a arqueologia é um método descritivo de análise histórica que faz parte do projeto geral de Foucault (história crítica do pensamento) e que tem uma homogeneidade, uma sistematicidade e uma generalidade, adotando, também, os princípios de suspensão do sujeito e de suspensão dos universais antropológicos. É um método não transcendental, na medida em que não buscou compreender os conhecimentos ou comportamentos morais por estruturas universais, e sim tratar dos discursos como acontecimentos históricos que articulam formas de agir e de pensar (Foucault, 2000b, p. 347). Pois bem, nesse capítulo se tem por objetivo identificar, nas aulas do curso de 1979, o que Foucault estava fazendo, que abordagem foi praticada, evidenciando o uso do método arqueológico ao longo do curso.

Um passo importante neste estudo é determinar o que Foucault entende por racionalidade. A razão para Foucault tem uma história e tal história não se desdobra até o ato fundador do sujeito racional (Foucault, 2000c, pp. 317-318; 2006b, pp. 353-354). Sem se voltar a esse ato fundador e primeiro, pelo qual a razão teria sido descoberta e instaurada em sua essência, o filósofo defende que a razão se autocria. Consequentemente, sua tentativa sempre foi a de analisar formas de racionalidade, isto é, “diferentes instaurações, diferentes criações, diferentes modificações pelas quais as racionalidades se engendram umas às outras, se opõem e se perseguem umas às outras” (Foucault, 2000c, pp. 317-318). Nesse modo de abordagem, não se trata de uma razão absoluta que teria início, meio e fim. Há, ao contrário, múltiplas transformações possíveis de serem observadas por meio de periodizações. As formas de racionalidade se criam sem cessar.

3.1. As racionalidades, as relações de poder e os jogos de verdade

Na descrição das racionalidades não há apelo à causalidade. Não se trata de deduzir que a racionalidade é causa de algo. O intento dessas descrições são os traços de ordenação presentes nos discursos-pensamentos¹⁹, ou conjuntos de práticas, pois estes dão elementos para compreender o regime de organização. Do mesmo modo, trata-se de compreender que aquilo que inicialmente se mostra como necessário e evidente pelas diferentes formas de racionalidade são, na verdade, figuras das quais se pode fazer uma história, na medida em que repousam nas

¹⁹ Em um livro póstumo em que são reunidas várias anotações de Foucault, a arqueologia é definida como um método de descrição do pensamento, todavia, pensamento investido ou podendo ser investido em instituições, práticas, etc. Cf. Foucault. *Le Discours Philosophique*, 2023, p. 257; Foucault, M. *Une histoire restée muette* (1966). In: Foucault, M. *Dits et Écrits I*. Paris: Éditions Gallimard, 1994b, p. 548

práticas. E na medida em que se saiba como foram engendradas, pode-se também compreender como podem ser transformadas (Foucault, 2000c, pp. 325-326). Não se trata, desse modo, de tomar uma racionalidade para medir as práticas como seu resultado. Foucault buscou analisar conjuntos de práticas para identificar as formas de racionalização que se inscrevem nesses conjuntos, bem como o papel que desempenham (Foucault, 2006a, pp. 337-338).

O estudo da racionalização histórica das práticas é voltado, portanto, para um campo intersticial entre o que está aí e o que ainda não está, ou seja, as práticas dizem algo sobre a racionalização ali operante, mostram os traços da mesma, obedecem, por conseguinte, a regimes de racionalidade que Foucault buscou analisar por dois eixos: o da codificação/prescrição e o da formulação verdadeiro/falso (Foucault, 2006a, p. 342).

Os regimes de racionalidade formam, então, conjuntos de regras, prescrições, que visam um fim (codificação/prescrição) e determinam domínios de objetos sobre os quais se pode articular proposições verdadeiras ou falsas. Assim, o estudo das práticas serve para observar o jogo que ocorre entre códigos de regulação das ações, os comportamentos, e a produção incessante de discursos de verdade que fundamentam e justificam razões de ser, mas servem também como princípio de transformação das maneiras de fazer (Foucault, 2006a, pp. 342-343):

Para dizer as coisas claramente: meu problema é saber como os homens se governam (eles próprios e os outros) através da produção de verdade (eu o repito, ainda, por produção de verdade: não entendo a produção de enunciados verdadeiros, mas a disposição de domínios em que a prática do verdadeiro e do falso pode ser, ao mesmo tempo, regulamentada e pertinente).

As formas de racionalidade regulam e regem as relações de poder em sua multiplicidade, relações que são um elemento determinante na constituição das subjetivações, pois estão ligadas à relação de si consigo, tornando-se objeto de conhecimento para si mesmo por meio de um discurso verdadeiro. Nas palavras de Foucault, na forma de uma questão, busca-se entender “como ocorre que o sujeito humano se torne ele próprio um objeto de saber possível, através de que formas de racionalidade, de que condições históricas e, finalmente [...], a que preço o sujeito pode dizer a verdade sobre si mesmo[...]?” (Foucault, 2000c, pp. 318-319).

Em suma, entender os regimes de racionalidade tal como Foucault os analisou contribui para compreender o que ele fez no curso de 79, haja vista que sua abordagem se voltou às formas de racionalidade que apareceram em um período do século XVIII e outras características do século XX.

Nas primeiras aulas, analisou-se uma ordem que emerge no século XVIII, caracterizada pela proposição de um Estado mínimo (governo mínimo), em que o governo deve sempre atentar para as coisas que deve ou não fazer, “*agenda/non agenda*” (Foucault, 2021, p. 36). Juntamente a essa frugalidade governamental, houve a reivindicação de uma liberdade econômica dos indivíduos no seio de um Estado legítimo e constituído. Nesse campo de verdade que era o mercado, apareceu também um sujeito muito específico, a figura do *homo æconomicus*, homem da troca, um dos parceiros no processo da troca pautada no princípio de interesse e utilidade.

Dando um salto cronológico estratégico, Foucault se volta ao surgimento do que parece ser uma nova racionalidade, a racionalidade neoliberal analisando as formas que ela tomou em algumas regiões como a Europa e a América do Norte. Assim, observa-se que no século XX, emerge uma nova forma de organização que tem como princípio não mais o *laissez-faire*, mas uma concorrência pura, ou seja, a concorrência como uma estrutura formal, como um *eidos*, uma essência (Foucault, 2021, p. 158). Os traços fundamentais dessa racionalidade eram uma política de sociedade e também uma política de vida, isto é, a sociedade era o objetivo da ação governamental que, de sua parte, devia promover uma generalização, uma difusão e uma multiplicação da forma da empresa no interior do corpo social. Nessa nova forma, o governo devia ser vigilante e ativo, e o foco devia permanecer no estilo das ações governamentais. Reivindicava-se uma economia de mercado como fundadora, organizadora, reguladora do Estado e da sociedade, e o sujeito dessa racionalidade era o *homo æconomicus* da empresa e da produção.

Na forma americana assumida por essa racionalidade, também no século XX, o princípio regente era o anarcoliberalismo, voltado contra todo e qualquer governo. Trata-se de um “*ne pas laisser-faire le gouvernement*” que se configurou como uma maneira completamente distinta de ser e de pensar (Foucault, 2021, p. 311). Tendo como traços fundamentais, a generalização da forma econômica do mercado como princípio de inteligibilidade, a economia de mercado passa a ser o princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. Nessa forma de ordenamento – nesse regime de ordem – o governo está permanentemente sob o tribunal econômico, ou seja, o mercado é a grade econômica que permite testar a ação governamental, aferir sua validade, a sua eficácia, o custo de suas intervenções em termos de mercado e economia. O sujeito que se produz nesse modo de governo é o empresário de si, ele é para si seu próprio capital, produz a si mesmo e também é consumidor, pois cria algo que será para si sua própria satisfação (Foucault, 2021, pp. 286-287).

3.2. O método utilizado no curso de 1979

Foucault começa o curso falando sobre questões de método. Já na aula de 10 de janeiro de 1979, o pensador francês esclarece que pretende analisar o governo dos homens, na medida em que se apresenta como exercício de soberania política; e a arte de governar, estritamente como a maneira refletida ou instância de reflexão na prática de governo e sobre a prática de governo (Foucault, 2021, pp. 25-26). Para tal, toma como postura metodológica evitar como objeto primário de estudo algumas noções de caráter universal que são comuns nas análises sociológicas, históricas ou de filosofia política para descrever a prática governamental (noções como *a soberania, o soberano, o Estado, a sociedade*) e opta por partir da própria prática governamental como objeto de análise (Foucault, 2021, p. 27) para fazer a leitura das práticas concretas. Ou seja, faz a escolha de partir das práticas tais como se apresentam, e simultaneamente como se refletem e se racionalizam para ver como algumas noções podem se constituir fazendo das práticas concretas a grelha de inteligibilidade para os universais como o soberano, o súdito, o Estado, *etc.* Esclarece Foucault:

Parto da decisão, teórica e metodológica, que consiste em dizer: suponhamos que os universais não existem, e nesse momento pergunto à história e aos historiadores: como podem escrever a história se não admitem *a priori* que algo como o Estado, a sociedade, o soberano, os súditos, existe? Era a mesma pergunta que eu fazia quando dizia: a loucura não existe? Vou examinar se a história me dá, se remete para algo como a loucura. Não, não me dá algo como a loucura, logo a loucura não existe. Este não era o raciocínio, não era o método. O método consistia em dizer: suponhamos que a loucura não existe. Assim, qual é a história que se pode fazer desses diferentes acontecimentos, dessas diferentes práticas que, aparentemente, se ajustam a essa suposta coisa que é a loucura? Por conseguinte, é exatamente o oposto do historicismo que aqui gostaria de expor. Não interrogar os universais utilizando a história como método crítico, mas partir da decisão da inexistência dos universais para saber que história se pode fazer (Foucault, 2021, p. 21).

Essa postura de afastamento dos universais históricos é coerente com o princípio arqueológico da suspensão dos universais antropológicos, e ainda se tratando da análise de formas de racionalidade, deixa claro que não está recorrendo à causalidade, ou seja, não recorre à história para deduzir o que as coisas são evidentemente e necessariamente. Ao contrário, o recurso à história tem por objetivo mostrar que esses universais que aparecem como necessários não servem como grade de análise das práticas, e é justamente na contingência, nas práticas

como elas efetivamente se apresentam que é possível observar as racionalizações que nelas operam. A inexistência dos universais como figuras predeterminadas permite a observação de outras coisas, outros modos de ser e de fazer.

Ainda na mesma aula, Foucault explica que a iniciativa de falar sobre a prática governamental é uma tentativa de fazer uma história da verdade, sendo bem entendida como a observação do momento muito específico na história, onde é possível ver uma articulação, em uma série de práticas, de um determinado tipo de discurso que mostra, nesse momento, a operação de jogos de verdade, isto é, mostra a legislação das práticas em termos do verdadeiro e do falso (Foucault, 2021, p. 63). Esse momento será então marcado por um discurso muito característico que já não é aquele que se configurava como os conselhos ao Príncipe, mas como princípio de autolimitação governamental. É a essa conjuntura e às transformações que ocorreram, que Foucault se direcionou para analisar a singularidade dessas racionalidades emersas em meados do século XVIII e, depois, no século XX.

Na aula de 7 de março de 1979, Foucault volta a falar das razões de método que justificam ter se demorado nos liberalismos, esclarecendo que seu objetivo não foi traçar um contexto histórico ou teórico da democracia alemã, ou denunciar algo no governo de Willy Brandt²⁰ e Helmut Schmidt²¹. O aprofundamento do estudo queria verificar o conteúdo concreto que podia dar à análise das relações de poder, sendo o poder compreendido como signo de um domínio de relações (Foucault, 2021, pp. 239-240). Trata-se, então, de uma abordagem experimental, com delimitações muito precisas, objetivos bem estipulados. Cabe agora, ver como o filósofo fez a descrição dos liberalismos.

3.3. Racionalidade liberal do século XVIII: o princípio de autolimitação governamental, *laissez-faire* e *homo œconomicus* da troca

Para situar o liberalismo clássico, Foucault evoca dois momentos, um que se situa mais ou menos por volta dos anos 1740 e o outro por volta dos anos 1751. Segundo ele, é entre esses dois momentos – correspondentes a dois conjuntos discursivos – que irá se estabelecer o princípio da autolimitação governamental. No primeiro momento, o filósofo cita Robert

²⁰ Willy Brandt (1913-1992), político social-democrata alemão, ex-chanceler da Alemanha (1969-1974).

²¹ Helmut Heinrich Waldemar Schmidt (1918-2015), político do Partido Social-Democrata, ex-chanceler da Alemanha (1974-1982).

Walpole (1676-1745)²², “*quieta non movere*”²³ (“no que está tranquilo não se deve mexer”), ou seja, conselho de prudência que ainda se encontra na ordem da sabedoria do príncipe (Foucault, 2021, p. 45). O outro, que aparece aproximadamente após dez anos, fora redigido e publicado em um artigo no *Journal économique*²⁴, pelo marquês d’Argenson (1694-1757)²⁵, “*laissez-faire*” (“deixai-nos fazer”), “deixar fazer, esse deve ser o lema de todo poder público, já que o mundo é civilizado” (D’Argenson, 1858, p. 364). Esse momento marca o aparecimento da racionalidade liberal de acordo com sua análise. Neste ponto, é preciso esclarecer que numa análise de tipo arqueológica, não há sujeito, então, se Foucault cita nomes próprios, não é fazendo referência ao sujeito, mas, antes, para fazer aparecer a emergência de um certo regime de verdade. O foco, não é, por conseguinte, o sujeito que falou, e sim, principalmente, o regime de verdade que apareceu como domínio no qual se pôde articular diversas práticas.

A racionalidade liberal aparece, então, em meados do século XVIII como uma nova racionalização da prática governamental, diferente daquela da razão de Estado²⁶. Foucault pontuou algumas diferenças entre uma e outra, mostrando quais foram as transformações fundamentais ocorridas na arte de governar²⁷. Retomando o curso do ano anterior, *Segurança, Território, População* (1977-1978), o pensador francês destaca que tentou descrever o aparecimento de um tipo de racionalização da prática de governo que se situava entre um Estado dado (estado que existe concretamente) e um vir-a-ser do Estado, isto é, como um objetivo a se realizar, “o Estado é, em simultâneo, aquilo que existe, mas também aquilo que ainda não existe de forma suficiente. E a razão de Estado é precisamente [...] uma racionalização de uma prática que se vai situar [nessa intersecção]” (Foucault, 2021, p. 28). O governo, nessa racionalidade, devia seguir o princípio de fortalecimento do Estado, torná-lo forte e permanente, por conseguinte, exercia um governo ilimitado para atingir seus objetivos, tendo como princípio

²² Primeiro conde de Orford, primeiro-ministro inglês dos anos 1720 a 1742. Cf. nota 2 em Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, p. 48.

²³ Cf. nota 3, da aula de 10 de janeiro de 1979 em Ibid. 48-49.

²⁴ “Diz-se que o Sr. Colbert convocou vários deputados do comércio à sua casa para perguntar o que ele poderia fazer pelo comércio; o mais razoável e o menos lisonjeiro deles disse-lhe esta palavra: Deixai-nos fazer”. D’Argenson. *Lettre à l’Auteur du Journal économique, au sujet de la dissertation sur le commerce de M. le Marquis Belloni*. Paris: 1751, p. 111.

²⁵ René-Louis de Voyer, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros de 1744 a 1747. Cf. nota 13 em Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, p. 51.

²⁶ A razão de Estado aparece no final do século XVI e início do século XVII como uma primeira tentativa de racionalização nessa arte de governar que se difere do exercício da soberania. Segundo essa razão, o governo deve agir de modo a tornar o Estado forte, próspero, sólido e permanente. Ibid. p. 28

²⁷ Foucault apresenta a noção de arte de governar e de governo num sentido estrito: a arte de governar não é a maneira como os governantes efetivamente governaram, também não é a prática de governar real; arte de governar é “a maneira refletida de governar o melhor possível e, ao mesmo tempo, a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar”, é a “instância da reflexão na prática da governação e sobre a prática da governação”. Ibid. p. 26.

limitador uma instância externa a essa governamentalidade, o direito do século XVII.

Ainda no século XVIII, uma nova racionalidade se configura, e juntamente com ela a economia política²⁸, instrumento que vai contribuir para a emergência dessa limitação interna da razão governamental. Tal limitação tem algumas especificidades: 1) o governo que não a conhece é considerado inapto e desajeitado; 2) possui princípios válidos em qualquer circunstância; 3) é intrínseca e interior à própria prática de governo, sendo parte dos objetivos e também o meio para alcançá-los; 4) estabelece uma linha divisória entre as coisas que devem ser feitas na prática governamental e as coisas que não devem ser feitas; 5) por fim, ela não é definida pelos governantes, nem pelos governados, mas por transações infinitas. Essa crítica interna gira em torno do não governar demasiado, ou seja, deve haver uma limitação no exercício de governo para que não haja excessos (Foucault, 2021, pp. 35-37).

Foucault observa também que há, no período estudado, e mais precisamente na metade do século XVIII, uma transformação nas relações entre direito e prática governamental. Isso se deu porque a economia política fez aparecer uma limitação interna da razão de governo²⁹. Se antes, na razão de Estado, as ações do governo eram avaliadas pelo princípio de legitimidade/ilegitimidade, no liberalismo como nova racionalidade, há uma maneira diferente de avaliação dessas práticas. De um modo muito esquemático, pode-se afirmar que a economia política buscou nas práticas governamentais estudar os seus efeitos e a qualidade desses efeitos, e ao questioná-los, ela fez aparecerem processos produzidos necessariamente por mecanismos inteligíveis, estes, por sua vez, podem até ser contrariados, todavia, não podem ser evitados de maneira definitiva e total.

Tem-se, assim, uma *naturalidade* específica da própria prática governamental (dos seus objetivos e operações), leis fixadas por essa naturalidade, expostas e estudadas pela economia política. Desse modo, se impõe ao governo agir respeitando tais leis, incorrendo, caso contrário, em consequências negativas ao governo, isto é, em seu fracasso. O critério da ação governamental passa a ser, então, o êxito ou o fracasso: se as leis fixadas pela naturalidade intrínseca à governamentalidade não são levadas em conta, se são ignoradas pelo governo, tem-se um mau governo; se a ação governamental leva em conta tais leis, tem-se um bom e exitoso

²⁸ A economia política tem como objeto de reflexão as próprias práticas governamentais, os efeitos que essas práticas provocam ou podem provocar. E ainda na razão de Estado ela estava presente, encontrava-se em posição estratégica como uma ciência da mesma e não buscou, em primeira instância, limitá-la ou enfrentá-la. Ela era, com efeito, parte dos objetivos fixados à arte de governar pela razão de Estado. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, p. 42.

²⁹ Não se trata de afirmar que, devido ao aparecimento desse campo de verificação que será uma espécie de limitador interno das ações governamentais, o direito vá desaparecer. Pelo contrário, o direito público se relacionará de outras formas com a economia política e atuará de modo diverso daquele de um limitador externo, como era na razão de Estado. Ibid. p. 42.

governo. Há aí, uma substituição do critério avaliativo da ação governamental, pois, já não se trata, como na racionalidade anterior, da dicotomia legitimidade/ilegitimidade, trata-se agora do êxito/fracasso (Foucault, 2021, p. 41).

A economia política introduz na arte de governar a possibilidade da autolimitação governamental (por meio dos mecanismos inteligíveis e necessários intrínsecos a essa prática), e, ao mesmo tempo, a questão da verdade. Esse momento, de acordo com Foucault, foi fundamental, pois nele se estabeleceu um novo regime de verdade, regime este, característico da “era política” (Foucault, 2021, p. 43):

Quando digo regime da verdade, não significa que a política ou a arte de governar [...], aceda finalmente nessa época à racionalidade. Não significa que, nesse momento, se alcance uma espécie de limiar epistemológico a partir do qual a arte de governar se podia tornar científica. Quero dizer que esse momento que tento indicar é marcado pela articulação com uma série de práticas de determinado tipo de discurso que, por um lado, o constitui como conjunto ligado por vínculo inteligível e, por outro, legisla ou pode legislar sobre essas práticas em termos de verdadeiro ou falso.

Nesse regime, tem-se, portanto, o estabelecimento de novas formas de reflexão das diferentes práticas; estabelece-se uma coerência dos conjuntos de práticas por meio dos mecanismos inteligíveis, sendo possível considerá-las como boas ou más. Nesse estabelecimento, algumas questões como “será que eu governo bem, isto é, em conformidade com as leis morais, naturais, divinas, etc.?” (questão da conformidade governamental do príncipe), “será que governo de forma suficientemente intensa, profunda e completa [...] para levar o Estado à sua força máxima?” (questão situada nos séculos XVI e XVII, questão da razão de Estado), são substituídas por “será que governo bem no limite desse demais e desse de menos, entre o máximo e o mínimo que me são fixados pela natureza das coisas [...]?” (Foucault, 2021, p. 44).

Foucault reitera o foco de suas pesquisas quando aponta que o que lhe interessou foi o aparecimento desses regimes de verdade, tentar mostrar como o “par série de práticas/regime de verdade forma um dispositivo de saber-poder que marca efetivamente no real aquilo que não existe e o submete legitimamente ao escrutínio do verdadeiro e do falso” (Foucault, 2021, p. 44). Economia e política, de acordo com esse tipo de abordagem utilizada pelo filósofo, não existem, mas estão inscritas no real, em decorrência de um regime de verdade.

Tratava-se, no fundo, do mesmo problema que coloquei a propósito da loucura, a propósito da doença, a propósito da delinquência, a propósito da

sexualidade. Em todos os casos, não se tratava de mostrar como esses objectos são apenas vãs ilusões ou produtos ideológicos que se dissipam à [luz] da razão que alcançou o zénite. Trata-se de mostrar por quais interferências toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas com um regime de verdade –, por quais interferências é que esta série de práticas pôde fazer com que o que não exista (a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade, etc.), se tornasse, porém, alguma coisa, que, contudo, continua a não existir. [...] gostaria de mostrar [é] como foi um determinado regime de verdade, e, por conseguinte, não um erro, que fez com que uma coisa que não existia se pudesse tornar alguma coisa. Não é ilusão, porque foi precisamente um conjunto de práticas e de práticas reais que a estabeleceu e que a marcou assim imperiosamente no real (Foucault, 2021, p. 44).

Como se vê, não se trata, nesse tipo de análise, de tomar o liberalismo como uma teoria econômica que tivesse, naquele período, imposto aos governantes que agissem de tal e tal maneira. O que os economistas disseram, não foi de fato o foco. O nível de pesquisa é outro. O que interessou, reiterado por Foucault no curso, foi esse jogo do verdadeiro e do falso que abriu um domínio novo de avaliação das ações governamentais, o regime de racionalidade que estava inscrito nas próprias práticas de governo³⁰.

A partir do século XVIII a atividade governamental vai passar, então, para um novo regime de verdade e o mercado irá aparecer, nessa racionalidade, como um lugar de verdade, sendo, conseqüentemente, o ponto nevrálgico de toda a experiência, onde se poderá medir os efeitos de governamentalidade e mesmo testá-lo. Em outras palavras, o mercado, que já nos séculos XVI e XVII era um objeto privilegiado de intervenções, vigilância e regulação governamental, sendo, portanto, um lugar de jurisdição, torna-se um lugar e também um mecanismo de formação de verdade (Foucault, 2021), pois aparece na teoria econômica do século XVIII como algo que devia obedecer a mecanismos naturais, mecanismos espontâneos, os quais, se deixados funcionar livremente, sem intervenções excessivas do Estado, permitem a formação de um determinado preço, um “bom preço”, um “preço natural”, expressão da relação adequada entre o custo de produção e a dimensão da procura. É a conformidade dos preços com os mecanismos de mercado que vai gerar o modelo de verdade que fará a distinção entre o correto e o errôneo nas práticas de governo (Foucault, 2021, p. 59).

O aparecimento da economia política e o problema do governo mínimo estavam ligados de algum modo, de acordo com a leitura de Foucault. Mas isso não significou que esse tipo de ciência tivesse proposto um determinado modelo de governo que se deveria seguir, nem

³⁰ Trata-se, em suma, de questionar: “[...] quais foram as condições dessa emergência, o preço com o qual, de qualquer forma, ela foi paga, seus efeitos no real e a maneira pela qual, ligando um certo tipo de objeto a certas modalidades do sujeito, ela constituiu, por um tempo, uma área e determinados indivíduos, o *a priori* histórico de uma experiência possível”. Foucault. *Foucault*, 2004a, p. 235.

que os estadistas estavam iniciados na economia política, ou mesmo que eles começaram a dar ouvidos aos economistas, ou, ainda, que esse modelo econômico tenha se tornado princípio organizador das práticas de governo (Foucault, 2021, p. 57). A economia política indicou o lugar onde o governo devia encontrar o princípio de suas próprias práticas, esse lugar, não era nem a teoria econômica, nem o cérebro dos economistas, mas o mercado do século XVIII. Para Foucault o importante não era buscar a causa da constituição do mercado como esse lugar e mecanismo de verificação. O importante para a compreensão desse processo de irrupção do mercado como princípio de verificação, é “mostrar que [ele] foi possível” (a isso o filósofo chama de colocar o real em inteligibilidade³¹) (Foucault, 2021, p. 61). Dessa forma, o filósofo deixa claro que o nível da análise empreendida é de outro tipo; que tentou descrever a “ramificação entre prática de governo e regime de verdade” (Foucault, 2021, p. 57).

3.4. Racionalidade ordoliberal do século XX: o princípio da concorrência pura, *Gesellschaftspolitik* e *homo œconomicus* da empresa

Depois de tratar do liberalismo clássico e suas modulações, Foucault dá um salto do século XVIII para o século XX, pois não tinha em vista uma história global (Foucault, 2021, p. 110). Logo de início deixa claro que não trata do neoliberalismo a partir dos meios de outros tipos de análise, nem por eles, pois, de acordo com ele, são críticas feitas “a partir de matrizes históricas pura e simplesmente transpostas” (Foucault, 2021, p. 174). É necessário, entretanto, abordá-lo como algo diferente de uma reativação de velhas teorias econômicas já defasadas (resposta comumente dada do ponto de vista econômico), algo diferente de uma instauração de relações estritamente mercantis na sociedade (respostas do ponto de vista sociológico), mas, algo diferente também de um meio de disfarce para a intervenção generalizada e administrativa do Estado (respostas do ponto de vista político). É preciso abordá-lo na sua singularidade. O filósofo esclarece tal ação:

O problema é deixar o saber do passado exercer-se sobre a experiência e a prática do presente. Não é de todo para diminuir o presente numa forma reconhecida no passado, mas que se consideraria valer no presente. Esta transferência dos efeitos políticos de uma análise histórica para a forma de mera repetição é, sem dúvida, o que se deve evitar a todo o custo [...]. O neoliberalismo não é Adam Smith; [...] não é a sociedade mercantil; [...] não é o Gulag à escala insidiosa do capitalismo (Foucault, 2021, pp. 174-175).

³¹ Esse processo de colocação em inteligibilidade, já havia sido tratado na conferência proferida em 27 de maio de 1978, *O que é a Crítica? Crítica e Aufklärung*. Cf. Foucault. *O que é crítica?* 1999a.

Como se vê, o intento do filósofo é tratar o neoliberalismo como algo diferente, por outros aspectos que podem ser encontrados historicamente. Partindo dessa abordagem, ele nota que o tema da fobia de Estado atravessou diversas discussões do século XX, alimentando-se das experiências como as do Estado Bolchevique e do que veio depois dele: a experiência do nazismo alemão, a experiência inglesa de planificação no pós-guerra *etc.* Foucault não se propôs a analisar tal fobia diretamente, considerada por ele um dos grandes traços de uma crise na governamentalidade liberal. O mais adequado seria tratar do problema do Estado a partir da análise da governamentalidade, haja vista que “o problema da estatização está no próprio cerne das questões” (Foucault, 2021, p. 109).

Foucault ao retomar o problema metodológico de sua abordagem, na aula de 31 de janeiro de 79, explica mais uma vez o que está a fazer, e relaciona tal empreendimento com os demais trabalhos realizados anteriormente:

[...] quer se trate da loucura, da constituição dessa categoria, desse quase objecto natural que é a doença mental, quer se trate também da organização de uma medicina clínica, da integração de mecanismos e tecnologias disciplinares no sistema penal, de qualquer forma isso foi sempre o reconhecimento da estatização progressiva, certamente fragmentada, mas contínua, de certo número de práticas, de maneiras de fazer e, se quiserem, de governamentalidades. [...], mas se em contrapartida, dizer “fazer a economia de uma teoria do Estado” [...] significa não tentar deduzir, daquilo que é o Estado, como uma espécie de universal político e por extensão sucessivo, o que foi o estatuto dos loucos, dos doentes, das crianças, dos delinquentes, etc., numa sociedade como a nossa, então respondo: sim, certamente, estou realmente decidido a fazer a economia dessa forma de análise (Foucault, 2021, p. 109).

Foucault reforça que, nesse tipo de trabalho, não está tratando o Estado como um universal e, sendo assim, o Estado não seria também, em si mesmo, fonte autônoma de poder. Ao contrário, ele seria fundamentalmente o efeito móvel ou o recorte de uma estatização constante, de transações que não cessam de se modificar, se transformar, se deslocar, relações complexas (Foucault, 2021, p. 109). Desse modo, se tratando da racionalidade neoliberal, cabe isolar as práticas governamentais desdobradas na Europa e nos Estados Unidos para fazer aparecer sua singularidade, suas realidades diversas e as suas formas de efetivação.

A racionalidade neoliberal do século XX, de acordo com o filósofo, se apresenta sob duas formas principais: a do ordoliberalismo e a do neoliberalismo americano da denominada Escola de Chicago. Cada forma de racionalidade possui pontos de implantação e

pontos históricos diferentes, partilhando, entretanto, de uma mesma matriz de pensamento.

No ordoliberalismo, a implantação está ligada à República de Weimar³³, à crise de 1929, ao desenvolvimento do nazismo, à crítica do nazismo e à reconstrução da Alemanha no pós-guerra. Já a implantação do neoliberalismo americano está ligada à política do *New Deal*³⁴, à crítica ao *welfare* e a um desenvolvimento e organização no pós-guerra contra intervencionismos federais, programas de assistência entre outros. Todavia, nessas duas formas de neoliberalismo, há pontos convergentes, como (a) a aversão a uma doutrina econômica em específico, o keynesianismo³⁵, assim como (b) o repúdio a economias dirigidas, planificações, intervencionismos de Estado, intervencionismos de modo geral, e ainda, (c) uma série de teorias, livros, pessoas e personagens relacionados à escola austríaca ou partícipes da mesma, a exemplo, os economistas austríacos Friedrich Hayek³⁶ e Ludwig von Mises³⁷ (Foucault, 2021, p. 111).

Foucault considerou o ordoliberalismo teoricamente mais interessante para tratar do problema da governamentalidade, e, desse modo, toma-o como recorte para estudar os anos 1948 aos 1962. No contexto da Alemanha de 1948, havia uma série de exigências que implicavam uma política de tipo keynesiana: exigência de reconstrução de um Estado que foi destruído pela guerra, juntamente com a integração de novos dados tecnológicos, demográficos e geopolíticos; exigência de planificação como instrumento principal de uma reconstrução; e exigência pautada por objetivos sociais que tinham por função política afastar o fantasma do fascismo e do nazismo na Europa³⁸. Eram, portanto, exigências que requeriam uma política de intervenção que recobria todos os campos: da distribuição de recursos ao equilíbrio de preços, o grau de poupança, as escolhas de investimento e a política de pleno emprego.

Nesse modo de abordagem do neoliberalismo alemão, o filósofo encontra algumas

³³ Resumidamente, a República de Weimar (1919-1933) foi o sistema político alemão, surgido após a Primeira Guerra Mundial e a queda do Império Alemão. Caracteriza-se pela sua constituição democrática e parlamentar, apesar de sua constituição democrática, a República enfrentou diversos desafios, incluindo crises econômicas severas, instabilidade política e agitação social. Foi um período marcado pela polarização política, pelo surgimento de grupos extremistas e pelo descontentamento popular, além da crise econômica da década de 1920, a ascensão do nazismo e a nomeação de Adolf Hitler como chanceler em 1933.

³⁴ O *New Deal* corresponde a uma série de programas e políticas inspirados nos princípios econômicos de Keynes que foram implementados pelo presidente Franklin D. Roosevelt (1882-1945) nos anos 1930 para diminuir os efeitos da Crise de 1929. O *New Deal* incluiu reformas econômicas, medidas de alívio para o desemprego, regulamentação financeira, incentivos à recuperação econômica etc.

³⁵ O keynesianismo é uma teoria econômica que ganhou força nos anos de 1930, após a grande crise financeira de 1929. Seguindo as ideias do economista John Maynard Keynes, é uma teoria político-econômica que defende a intervenção do Estado na organização econômica de um país.

³⁶ Friedrich Hayek (1899-1992), economista austríaco defensor do liberalismo.

³⁷ Ludwig von Mises (1881-1973), economista austro-húngaro defensor do liberalismo.

³⁸ Estas exigências formuladas em França pelo Conselho Nacional de Resistência (CNR) constituído na primavera de 1943 com objetivo de unificação dos diversos movimentos de Resistência que politicamente se encontravam divididos. Cf. nota 15 da aula de 31 de janeiro em Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021.

formas de inscrição dessa racionalidade nas práticas do período estudado, e, dessa maneira, distingue esse acontecimento como algo que não se reduz a uma teoria econômica. Assim o dispõe na aula de 31 de janeiro, ao declarar que em 18 de abril de 1948 houve a reivindicação ou sugestão, por meio de um relatório feito pelo Conselho Científico³⁹, de um princípio da liberdade dos preços e de sua liberação imediata para uma aproximação com os preços mundiais. Em 21 de abril do mesmo ano, na 14ª. reunião plenária do Conselho Econômico da assembleia de Frankfurt, o então responsável pela administração econômica da bizona (zona anglo-americana), Ludwig Erhard (1897-1977), reitera em seu discurso as conclusões do relatório do Conselho Científico e defende um liberalismo econômico, e, mais ainda, incorre em um princípio muito mais geral que é o de uma limitação das intervenções estatais por meio de fixação de fronteiras e limites da estatização e da regulamentação das relações entre Estado e sociedade (Foucault, 2021, pp. 112-113).

De acordo com Foucault, quando Erhard diz que é necessário libertar a economia de constrangimentos estatais e evitar a anarquia e o Estado-cupim, pois apenas um Estado que estabelece, simultaneamente, a liberdade e a responsabilidade dos cidadãos pode falar em nome do povo de forma legítima (Foucault, 2021, p. 115), Erhard não apenas está exigindo uma reconstituição do Estado alemão devastado após a guerra, mas está exigindo uma fundação legitimadora do Estado alemão baseada no exercício garantido de uma liberdade de tipo econômica. Tratava-se da fundação de uma sociedade por meio de uma economia de mercado. O discurso do chanceler Erhard, segundo tal abordagem, teve grande peso histórico, na medida em que se inscreveu em uma cadeia de acontecimentos e decisões.

Ainda na observação dessas séries de práticas em que se inscreveu a racionalidade neoliberal, Foucault aponta um conjunto de adesões de diversos partidos de ideologia declaradamente marxista aos princípios neoliberais, sendo a mais relevante e crucial delas a da Social Democracia Alemã (SPD)⁴⁰ que renuncia esse princípio de socialização dos meios de produção e reconhece, então, a legitimidade da propriedade privada dos meios de produção, sendo função do Estado protegê-las e incentivá-las (Foucault, 2021, pp. 120-121).

Para Foucault, esses são exemplos de inscrição da racionalidade neoliberal nas práticas desse período específico da Alemanha. Entretanto, alerta ele, numa forma diferente de análise, tais conjuntos de transformações podem apontar outras coisas (Foucault, 2021, p. 121):

³⁹ Conselho constituído em 1947 e composto por representantes da Escola econômica de Friburgo, como W. Eucken, A. Müller-Armack etc., e por representantes das doutrinas cristã-social e socialista.

⁴⁰ Em 7 de agosto de 1869, surgia assim o Partido Social Democrata dos Trabalhadores (SDAP), em Eisenach. Era um partido de orientação marxista, revolucionário, anticlerical e pacifista. Mudando seu nome para Partido Social Democrata da Alemanha (SPD) em 1890, é um dos principais partidos políticos da Alemanha do séc. XXI.

Evidentemente, para quem pense em termos marxistas, ou para quem pense a partir do marxismo, ou para quem pense a partir da tradição dos socialistas alemães, [...] o importante são os abandonos, o resto são as vagas e pequenas restrições do género [...]. Mas para quem ouve estas frases com outros ouvidos ou a partir de outro *background* teórico, estes termos – “ordem social equitativa”, “condição de uma verdadeira concorrência económica” - soam de maneira muito diferente, porque indicam [...] a adesão a todo um conjunto doutrinal e programático que não é simplesmente uma teoria económica sobre a eficácia e a utilidade da liberdade do mercado. [Mas] a algo que é um tipo de governamentalidade, que foi precisamente o meio pelo qual a economia alemã serviu de base ao Estado legítimo.

Como se vê, não se trata de uma análise de tipo marxista, e o que está em foco não é o que a teoria económica formulou sobre o período, e sim a inscrição de uma nova ordem governamental nos conjuntos de práticas (discursivas e não discursivas) do período. Não se trata, sobretudo, de um conjunto de práticas que poderia ser reduzido a um cálculo político que teria sido formulado por grupos políticos. E ainda, não se trata de uma ideologia, ainda que haja conjuntos de ideias coerentes nesse ordenamento. Nesse nível, trata-se de uma nova programação da governamentalidade.

Nessa programação, Foucault observa uma inversão importante para a distinção entre liberalismo e neoliberalismo, a saber, as formas de problematização dessas racionalidades. A problematização não é voltada para a instituição de uma liberdade de mercado, uma liberdade do *laissez-faire*, dentro de um Estado policial. Ela é, inversamente, a fundação e legitimação do Estado pelo mercado (Foucault, 2021, p. 175). Ele observa, na resposta que é dada a essa forma de problematização do século XX, uma série de transformações em relação ao liberalismo do século XVIII e, para tratar de tais transformações, que segundo ele, são muito importantes para destacar a singularidade do neoliberalismo, evoca aspectos bibliográficos dos partícipes desse período como Walter Eucken⁴¹, Franz Böhm⁴², Müller-Armack⁴³, Wilhelm Röpke⁴⁴, Alexander Rüstow⁴⁵, Hayek, von Mises *etc.*

E se os evoca, justifica achar interessante por algumas razões, dentre as quais estão: 1) o problema operante na Alemanha em 1948, a saber, o da fundação e legitimidade do Estado pela liberdade económica, que já era, anteriormente colocado na República de Weimar e que

⁴¹ Walter Eucken (1891-1950), economista alemão da Escola de Friburgo, fundador da revista *Ordo* e considerado o pai do ordoliberalismo.

⁴² Franz Böhm (1889-1977), economista austríaco contribuinte significativo para ordoliberal.

⁴³ Alfred Müller-Armack (1901-1978), economista e político alemão criador da Economia social de mercado.

⁴⁴ Wilhelm Röpke (1899-1966), economista alemão e partícipe do ordoliberalismo.

⁴⁵ Alexander Rüstow (1885-1963), sociólogo e economista alemão que desempenhou papel importante no avivamento do liberalismo na Alemanha da década de 1930.

os mesmos que o debateram nos períodos de 1925-1930, debatiam nos anos 40 (Eucken, Böhm, Röpke); 2) uma curiosa vizinhança entre esses nomes, isto é, entre a Escola de Friburgo e a Escola de Frankfurt havia um paralelismo que requer atenção: ambos partilhavam de uma mesma experiência política, de um mesmo ponto de partida teórico, ao que Foucault chamou de *weberismo*⁴⁶, e para este mesmo problema teórico, deram duas respostas completamente diferentes; 3) por fim, a experiência nazista e os discursos neoliberais sobre essa experiência, de um modo geral, pois o nazismo permitiu aos neoliberais definirem o que foi seu campo de adversidade, ao qual tinham de ultrapassar para alcançar seu fim⁴⁷ (Foucault, 2021, pp. 143-144).

E é na inversão que os ordoliberais fizeram do problema do liberalismo do século XVIII, possibilitada pela análise que fizeram sobre o nazismo, a saber, de que este Estado que era sinônimo de autoritarismo poderia agora ser fundado por uma liberdade econômica servindo como controladora deste Estado, afastando assim a desconfiança sobre o mesmo, que Foucault situa o aspecto considerado por ele decisivo nessa nova racionalidade.

[...] não nos iludamos, o neoliberalismo actual não é de todo, como se lê muitas vezes, o ressurgimento, a recorrência de velhas formas de economia liberal, formulada no séculos XVIII e XIX, e que o capitalismo agora reactivaria, por razões que se prenderiam tanto com a sua impotência, com as crises que atravessa, como certo numero de objectivos políticos ou mais ou menos locais e determinados. De facto, o que está em causa neste neoliberalismo actual, quer se considere a forma alemã que evoco agora ou a

⁴⁶ “Enfim, parto de Max Weber, que serve de ponto de partida para ambas as escolas e do qual se pode dizer [...] que funciona no início do século XX, na Alemanha, como aquele que inverteu o problema de Max. Se Marx tentou definir e analisar aquilo a que se poderia chamar a lógica contraditória do capital, o problema de Max Weber, que ele introduziu simultaneamente na reflexão sociológica, [...] econômica [e] política alemã, [...] o problema da racionalidade irracional da sociedade capitalista. Esta passagem do capital ao capitalismo, da lógica da contradição à divisão do racional e irracional, é, mais uma vez de forma esquemática, aquilo que caracteriza o problema de Max Weber”. Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, 2021, p. 143.

⁴⁷ De acordo com Foucault, antes da experiência nazista, havia quatro elementos que, desde o século XIX, constituíram obstáculos principais à política liberal, a saber, uma economia protegida, um socialismo de Estado, uma economia planificada e intervenções de tipo keynesiano, todos elementos ligados entre si, mas que não formavam um sistema propriamente dito. A partir da experiência nazista os ordoliberais elaboraram alguns argumentos que favoreceram o neoliberalismo: um deles afirma que, no nazismo, esse conjunto de elementos que constituíam obstáculos à política liberal formaram um sistema econômico solidamente unido (e este, segundo Foucault, foi o golpe de força teórico dos neoliberais), isto significa que nos diversos regimes que adotam planificações, intervenções e dirigismos (como por exemplo, o *New Deal*, a planificação soviética, os programas de Beveridge) existe uma espécie de invariável econômico-política que conduz, segundo eles, a uma economia de tipo nazista. Outro argumento dos ordoliberais foi a declaração de que, no nazismo, houve um crescimento infinito do Estado e do seu autoritarismo, e os nazistas, apoiados na crítica feita por Sombart à sociedade capitalista, propuseram todas as coisas que fizeram na Alemanha. Contudo, o que os nazistas fizeram na verdade, foi acentuar e reconduzir a essa sociedade de massas e de consumo que pretendiam criticar, e isso se deu precisamente porque o que criticavam não era efeito e produto de uma sociedade burguesa e capitalista, era, efetivamente, resultado de uma sociedade que não aceita o liberalismo e opta por protecionismos e políticas de planificação nas quais o mercado não é livre e a administração do Estado é excessiva. De modo geral, “os fenômenos de massa, os fenômenos de uniformização, os fenômenos de espetáculo estão ligados ao estatismo, estão ligados ao antiliberalismo e não a uma economia de mercado”. Ibid. p. 152.

forma americana do anarco-liberalismo, é muito mais importante. O que se trata é de saber se, efectivamente, uma economia de mercado pode servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado, [dos] defeitos do qual actualmente, tanto à direita como à esquerda [...], toda gente desconfia (Foucault, 2021, p. 155).

Tem-se, portanto, algo importante neste movimento, porquanto não se trata somente de dar liberdade à economia, já não é o princípio do *laissez-faire* que está operante. É a extensão dos poderes da economia de mercado tanto ao Estado quanto à população.

Contribuindo a ilustrar essa proposição, Foucault vai pontuar as principais transformações que se deram de uma governamentalidade à outra, sendo a principal delas a dissociação entre a economia de mercado e as políticas do *laissez-faire*, isto é, a concorrência e a troca, elementos de definição do mercado. Estes não serão mais tratados como um dado natural. O neoliberalismo trata a concorrência não como resultado do jogo natural dos instintos, dos comportamentos *etc.*, mas como um princípio de formalização possuidor de uma coerência interna que produz seus efeitos na medida em que se respeite o funcionamento da concorrência (Foucault, 2021, pp. 157-158).

A concorrência, tal qual apresentada pelos ordoliberais, é uma essência, um *eidos*, ou ainda, é um princípio de formalização que possui uma coerência e lógica internas. E para que ela possa gerar efeitos, deve ter sua lógica respeitada, ou seja, é preciso que as condições para sua efetivação sejam artificialmente organizadas. De acordo com Foucault, isso é algo novo que se introduz à concepção de concorrência (Foucault, 2021, p. 158). Não sendo a concorrência pura, um dado primitivo, mas principalmente um objetivo: é necessário que haja uma governamentalidade infinitamente ativa.

Diferentemente do que se propôs no liberalismo do século XVIII, no qual havia uma delimitação recíproca entre domínios de mercado e de Estado, nessa racionalidade, a concorrência pura que é essência do mercado, só vai surtir efeitos se for produzida artificialmente pelo Estado.

[...] a economia de mercado nada retira ao governo. Pelo contrário, indica, constitui o índice geral sob o qual se deve estabelecer a regra que vai definir todas as ações governamentais. Deve-se governar para o mercado e não governar por causa do mercado. E nesta medida, vemos que a relação definida pelo liberalismo do século XVIII é totalmente invertida (Foucault, 2021, p. 159).

O ordoliberalismo se coloca então sob o signo de uma concorrência pura que requer,

para seu funcionamento, uma ação permanente do governo, ou seja, vigilância e intervenção constantes. Foucault se volta aos textos dos neoliberais e também ao colóquio de Lippmann⁴⁹ (1938) para destacar alguns dos traços de ordenamento dessa racionalidade. Nesse colóquio, serão expressas as propostas específicas do neoliberalismo, tendo como um tema constante de discussão o “liberalismo positivo”, isto é, “em todos os textos dos neoliberais encontrarão esta mesma tese segundo a qual o governo, num regime liberal, é um governo ativo [...], vigilante [...], interventivo” (Foucault, 2021, p. 177).

Reivindica-se, assim, um *Rechtsstaat* (denominado *Rule of Law* na Inglaterra), um Estado de Direito na ordem econômica que intervenha de maneira formal num quadro institucional de um capitalismo renovado. Em outras palavras, tendo em vista que a concorrência pura tem uma estrutura formal, uma lógica interna, mas é frágil na sua existência real, é preciso uma organização concreta e real em que essa estrutura possa funcionar. Neste aspecto, Foucault alerta para o que parece ser um bom ponto pelo qual se pode abordar a singularidade dessa racionalidade, qual seja, a natureza das suas intervenções, pois, se no liberalismo dos séculos XVIII e XIX o foco era a distinção entre o que o governo devia ou não fazer (*agenda/non agenda*), no neoliberalismo, tal como aparece na Alemanha do século XX, o foco será no *estilo* da ação governamental, nas maneiras de fazer (Foucault, 2021, p. 36).

Nesse estilo, o governo não deve intervir sobre os efeitos do mercado sobre a sociedade, mas, deve intervir na própria sociedade. É sobretudo a necessidade de uma *Gesellschaftspolitik*⁵⁰ (política de sociedade) que vai se colocar, ou seja, a introdução da regulação do mercado como princípio regulador da sociedade. E essa política social deve anular os mecanismos considerados anticoncorrenciais que possam ser suscitados pela sociedade. A *Gesellschaftspolitik* não implica uma sociedade mercantil, na qual o valor de troca seria o critério e medida das relações, da sociedade de massas e de consumo. O que está em jogo, de

⁴⁹ O colóquio foi organizado por iniciativa do epistemólogo francês Louis Rougier após a publicação do livro de Lippmann *An Inquiry into the Principles of the Good Society (Uma Investigação sobre os princípios da boa sociedade)* em 1937, traduzido na França como *La cité libre (A cidade livre)* no ano seguinte, e contou com participantes como Walter Lippmann, liberais de tradição clássica, neoliberais da Escola de Friburgo, personalidades francesas, pessoas como o professor de economia e adepto do neomarginalismo, W. Röpke, o economista e membro da Escola Austríaca, Ludwig von Mises, o economista e membro da Escola Austríaca, Friedrich Hayek, entre outros. No colóquio, foram definidas as propostas específicas do neoliberalismo e se constituiu o Centro internacional de estudo para a renovação do liberalismo, que tem por objetivo pesquisar, determinar e apresentar os princípios fundamentais do liberalismo, centro que teve postos na Suíça, na Inglaterra e nos Estados Unidos com supervisão de Röpke, Hayek e Lippmann. Cf. nota 14 da aula de 14 de fevereiro de 1979 em Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021; Slobodian, Q. *Globalists : the end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

⁵⁰ *Gesellschaftspolitik* é o termo que Müller-Armack (1901-1978), economista e político alemão criador da Economia social de mercado, designou com referência à política do chanceler Erhard. Sendo esta “uma política que devia encarregar-se dos processos sociais para dar lugar, no interior desses processos sociais, a um mecanismo de mercado”. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, p. 304.

acordo com Foucault, é uma sociedade em que o princípio regulador são os mecanismos da concorrência, que devem se proliferar na sociedade. É, conseqüentemente, a dinâmica concorrencial que modula a sociedade em empresa e constitui o homem da empresa e da produção, um *homo æconomicus* diferente daquele da troca e do consumo que era o do liberalismo do século XVIII (Foucault, 2021, p. 304).

A política de sociedade possui dois aspectos principais: a formalização da sociedade no modelo da empresa e o *Rechtsstaat* ou Estado de Direito. A respeito do primeiro aspecto, Foucault toma como material o texto de W. Röpke, *Orientação da Política Econômica Alemã* (1950), no qual há objetivos colocados à ação governamental, apresentando-se como um programa de racionalização econômica. Os objetivos destacados por Foucault são: 1) “permitir a cada indivíduo [...] o acesso à propriedade privada”; 2) redução dos grandes centros urbanos, “substituição da política e da economia dos grandes conjuntos por uma política e uma economia das casas individuais”, desenvolvimento de “indústrias não proletárias” como o artesanato e o comércio de pequeno porte; 3) “descentralização dos locais de habitação, de produção e de gestão, correção dos efeitos de especialização e da divisão do trabalho, reconstrução orgânica da sociedade a partir das comunidades naturais”; 4) “organização, ordenamento e controle de todos os efeitos de ambiente que podem ser produzidos pela coabitação das pessoas ou pelo desenvolvimento das empresas e dos centros de produção” (Foucault, 2021, pp. 191-192).

De acordo com o filósofo, esse texto é uma expressão do que Rüstow chamou de *vitalpolitik*, uma política da vida⁵²: A política da vida tem por intuito a constituição de um tecido social no qual as unidades basilares teriam precisamente a forma da empresa; seria a generalização, a difusão e a multiplicação das formas da empresa no interior do corpo social. Trata-se de “[...] fazer do mercado, da concorrência e, por conseguinte, da empresa aquilo a que se poderia chamar o poder formador da sociedade” (Foucault, 2021, pp. 192-193). Essa seria, para Foucault, a questão política do neoliberalismo. Para tal, foram reativados alguns temas sobre a vida familiar, a copropriedade, temas contra a sociedade mercantil, críticas de tipo sombartiano⁵³, convergentes com os objetivos do neoliberalismo.

[...] os críticos enganam-se quando denunciam uma sociedade, digamos, “sombartiana” [...] ou seja, a sociedade uniformizadora, de massas, de

⁵² Para Rüstow, a *vitalpolitik* é “[...] uma política de vida, que não é essencialmente orientada, como a política social tradicional, para o aumento dos salários e a redução do tempo de trabalho, mas do consciente da situação vital global do trabalhador, da sua situação real e concreta, de manhã à noite e de noite a manhã”. Bilger, F. *La pensée économique libérale dans l’Allemagne contemporaine*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1964, p. 106, tradução nossa.

⁵³ Werner Sombart (1863–1941) foi um sociólogo e economista alemão conhecido por seus vastos estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo.

consumo, de espetáculo, etc., enganam-se quando pensam estar a criticar aquilo que é o objetivo atual da política governamental. Criticam uma coisa diferente. Criticam algo que, sem dúvida, esteve no horizonte explícito ou implícito, pretendido ou não, das artes de governar dos anos [20 aos anos 60]. [...] A arte de governar programada nos anos 30 pelos ordoliberais [...] não pretende de todo a constituição desse tipo de sociedade. Trata-se, pelo contrário, de constituir uma sociedade indexada não à mercadoria nem à uniformidade da mercadoria, mas à multiplicidade e à diferenciação das empresas (Foucault, 2021, p. 193).

O segundo aspecto dessa *Gesellschaftspolitik* é o que para os alemães se chama *Rechtsstaat* e para os ingleses *Rule of Law*. Para tratar das modificações ocorridas no sistema da lei e da instituição jurídica, Foucault retorna ao colóquio Lippmann, no qual Louis Rougier⁵⁴ discursa a respeito dos princípios gerais do neoliberalismo, esboçando alguns pontos importantes para entender a configuração neoliberal. De acordo com Foucault, são eles a ideia de uma ordem jurídico-econômica, a questão do intervencionismo jurídico e o aumento da procura judicial (revalorização do jurídico e judiciário).

Um aspecto importante do texto é, portanto, essa ideia de uma ordem econômico-jurídica inscrita na reciprocidade incessante das relações entre processos econômicos e o quadro institucional. De acordo com Foucault, para Rougier e os ordoliberais, o processo econômico não se dissocia do quadro jurídico, pois ambos possuem uma relação privilegiada, de modo que a economia não determina as ordens jurídicas, pura e simplesmente. O campo econômico é visto como um conjunto de atividades reguladas (Foucault, 2021, pp. 212-213), e isso, também de acordo com o filósofo, é a questão política da sobrevivência do capitalismo.

De acordo com Foucault, esse aspecto do texto de Rougier toca algumas questões importantes: tem uma significação teórica na medida em que se inscreve na linha de análise dos conjuntos das relações de produção, aproximação, portanto, do ordoliberalismo e do pensamento de Weber. Essa análise comum implica, historicamente, na história do capitalismo, pois não se deverá imaginar, a partir daí, que houve uma realidade própria do mesmo, que por sua necessidade e por sua lógica tenha mudado as regras do direito para que fossem mais favoráveis a ela. Houve, de outro modo, uma reciprocidade incessante das relações entre processos econômicos e quadro institucional, isto faz da história do capitalismo uma história econômico-institucional, sendo, por conseguinte, uma questão teórica, mas, principalmente, política. Ou seja, trata do problema da sobrevivência do capitalismo, ou ainda, das possibilidades de sobrevivência do mesmo.

⁵⁴ Louis Rougier (1889-1982), foi um filósofo e epistemólogo francês, um dos principais organizadores do Colóquio Walter Lippmann em 1938.

Essa questão política da sobrevivência do capitalismo pode ser analisada sob duas perspectivas, de acordo com Foucault: uma, de cunho marxista, centrada inteiramente na lógica do capital, de sua acumulação, compreendendo, desse modo, um único capitalismo que caminha para seu fim, o capitalismo. E outra, na qual o capital é considerado como um processo que está ligado a uma teoria puramente econômica; este último tipo de análise que compreende o processo do capital só pode ter realidade histórica no interior de um capitalismo que é econômico-institucional. Os ordoliberais vão partir do segundo tipo de análise para dizer que o capitalismo não é aquele único derivado da lógica do capital, mas, mormente, um capitalismo constituído por um conjunto econômico-jurídico. Capitalismo, portanto, que possui sua singularidade, porém não é o único possível, abrindo, então, possibilidade para a renovação do mesmo. Segundo o neoliberalismo, essa renovação deve ser feita de tal modo que não se perturbe as leis de mercado e de modo que “as instituições sejam tais que essas leis do mercado, e só elas, constituam o princípio da regulação econômica geral e, por consequência, o princípio da regulação social” (Foucault, 2021, p. 217).

Um segundo ponto importante do discurso é a defesa de um intervencionismo jurídico, ou ainda de um “direito econômico consciente”: deve haver correções e inovações institucionais para que se possa instaurar uma ordem social regulada pela economia de mercado. É preciso ter uma “ordem da economia” (*Wirtschaftsordnung*), recorrer a uma inovação institucional, ou seja, aplicar o Estado de direito à economia. Neste aspecto, Foucault observa que as análises ordoliberais deixam de se inscrever na linha da teoria econômica da concorrência, numa história sociológica da concorrência, e se inscrevem numa teoria do direito (Foucault, 2021, p. 217). Os ordoliberais partem de todas as discussões e teorias desenvolvidas na segunda metade do século XIX⁵⁵, nas quais se faz uma elaboração mais desenvolvida do conceito de Estado de direito para tentar definir a maneira de renovar o capitalismo.

A tentativa de renovação do capitalismo se dá, assim, na busca da aplicação dos princípios do Estado de direito na ordem econômica, visando a todas as formas de intervenção legal na ordem da economia que os Estados praticavam no século XX. Isto pressupõe, de um modo geral, que só poderá haver intervenções legais na ordem econômica por parte do Estado

⁵⁵ No fim do século XVIII e início do XIX, surge na Alemanha o conceito de Estado de direito, ou ainda, *Rechtsstaat*, como alternativa positiva tanto ao despotismo da época, quanto ao Estado policial, o *Polizeistaat*. O Estado de direito aparece, dessa maneira, como um Estado que age segundo a lei e no quadro da lei, não dependendo assim da vontade do soberano; e, aparece também como um Estado no qual se distinguem as vontades do soberano das medidas administrativas. Na segunda metade do século XIX, será, para além do que apareceu nos períodos anteriores, a possibilidade de uma arbitragem judicial – seja por meio dos tribunais administrativos organizados pelo Estado como de uma justiça ordinária que independe do mesmo – entre os cidadãos e o poder público. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, pp. 217-220.

se estas possuírem princípios formais. O Estado de direito deve funcionar de maneira que suas medidas tenham caráter geral e permaneçam inteiramente formais, isto é, nunca devem ter uma finalidade particular dentro de uma ordem econômica.

Com efeito, o critério mais importante das normas formais no sentido que aqui lhes atribuímos é não conhecermos seu efeito concreto, não sabermos a que objetivos específicos atenderão, a que pessoas específicas servirão – e também o fato de lhes ser dada apenas a forma mais apropriada, de um modo geral, a beneficiar todas as pessoas a quem elas dizem respeito. Não implicam uma escolha entre determinados objetivos ou pessoas, pois não podemos saber de antemão por quem e de que modo serão usadas (Hayek, 2010, p. 100).

Tomando o pensamento de Hayek, Foucault observa como o Estado de direito devia funcionar na ordem econômica: primeiro, dentro da ordem econômica, uma lei deve ser puramente formal; segundo, uma lei, de acordo com os princípios do Estado de direito, deve ser concebida *a priori* na forma de regras fixas, sem incorrer no risco de mudanças devido aos efeitos produzidos por ela; terceiro, a lei deve definir um quadro dentro do qual cada indivíduo considerado agente econômico possa decidir com toda liberdade, na medida em que sabem que as regras são fixas; quarto, a lei formal deverá ser tal que todos saibam exatamente como será o comportamento do poder público (Foucault, 2021, p. 223). Diz Hayek a propósito do Estado de direito:

[...] todas as ações do governo são regidas por normas previamente estabelecidas e divulgadas – as quais tornam possível prever com razoável grau de certeza de que modo a autoridade usará seus poderes coercitivos em dadas circunstâncias, permitindo a cada um planejar suas atividades individuais com base nesse conhecimento. [...] Se toda lei restringe até certo ponto a liberdade individual, alterando os meios que cada um pode empregar na busca dos seus objetivos, sob o estado de Direito impede-se que o governo anule os esforços individuais mediante ação *ad hoc* (Hayek, 2010, p. 98).

Assim, o Estado de direito será, dentro de uma ordem econômica, um prestador de regras para o jogo econômico no qual os agentes reais devem ser os indivíduos considerados enquanto empresas. A forma geral do quadro institucional dentro de um capitalismo renovado é, pois, “um jogo de empresas regulado no seio de um quadro jurídico-institucional garantido pelo Estado” (Foucault, 2021, p. 223).

No discurso de Rougier, de acordo com Foucault, se desenha, por conseguinte, as características específicas de uma nova racionalidade, na qual economia e instituição jurídica têm uma ligação recíproca. Tem-se uma sociedade de múltiplas empresas e também de

múltiplos conflitos entre sujeitos econômicos, uma vez que requer cada vez mais arbitragem no jogo. Ou seja, com a modulação social na forma da empresa, há uma multiplicação e valorização das instituições jurídicas.

Os aspectos da política de sociedade, assim como apresentados por Foucault, não são pura e simples projeção das crises pelas quais passava o capitalismo na época, na forma de uma ideologia, teoria econômica, ou ainda, numa escolha política. De acordo com Foucault, toda essa projeção de uma economia de mercado concorrencial, seguida de um intervencionismo social que implicou na renovação institucional em torno dos indivíduos entendidos como empresa e agentes econômicos fundamentais é, efetivamente, senão o nascimento de uma nova arte de governar, uma certa reprogramação da arte liberal de governar (Foucault, 2021, p. 226).

3.5. Racionalidade anarcoliberal do século XX: generalização ilimitada da forma econômica do mercado e *homo œconomicus* empresário de si

Na aula de 14 de março de 1979, Foucault inicia sua análise do neoliberalismo americano que, segundo ele, apresenta-se como “uma maneira completamente diferente de ser e de pensar” (Foucault, 2021, pp. 278-279). Assim, opta por abordar apenas alguns de seus aspectos pertinentes para o tipo de análise proposta, começando por alguns elementos contextuais em que essa racionalidade se apoiou e fez oposição⁵⁶.

O primeiro elemento, é um uma política de tipo keynesiana, ou seja, o mesmo tipo de adversário do ordoliberalismo; também o *New Deal* e a crítica feita a ele, críticas à política desenvolvida pelo então presidente Franklin D. Roosevelt. O segundo elemento é o plano Beveridge⁵⁷ e todos os projetos de intervencionismos tanto econômicos como sociais que foram elaborados no período da guerra, os “pactos de guerra”. O terceiro elemento é a criação de programas⁵⁸ sociais e econômicos que visavam ao combate da pobreza, o acesso à educação e contra a segregação, por exemplo. Todos implicavam um forte intervencionismos do Estado

⁵⁶ De acordo com Foucault, o neoliberalismo americano teve como texto fundamental o artigo intitulado *Um programa positivo para o laissez-faire* de 1934, escrito por Henry C. Simons (1889-1946), economista americano considerado pai da Escola de Chicago e um dos principais norteadores do neoliberalismo americano.

⁵⁷ William Beveridge (1879-1963) foi nomeado por Winston L. S. Churchill em 1940 para ser presidente de uma comissão interministerial com o objetivo de fazer melhoramentos no sistema inglês de proteção social. O plano Beveridge sugeriu a criação de um sistema de proteção que fosse generalizado, unificado e centralizado e a criação de um sistema de saúde gratuito a todos; também contribuiu com a popularização das teses keynesianas.

⁵⁸ Todos esses programas foram desenvolvidos nos EUA desde a presidência de Harry S. Truman (1884-1972), 33º presidente dos Estados Unidos (1945-1953) e se estenderam até a presidência de Lyndon B. Johnson (1908-1973), 36º presidente dos Estados Unidos (1963-1969).

(Foucault, 2021, p. 276) .

Segundo Foucault, entre o neoliberalismo americano e o neoliberalismo europeu há algumas diferenças: 1) o liberalismo americano, desde a fundação do Estado é convocado como princípio de formação e legitimação, algo que o aproxima do ordoliberalismo, contudo, no caso americano, não há um Estado preexistente que se autolimita pelo liberalismo e sim a exigência de um liberalismo como fundador; 2) o liberalismo esteve constantemente nos debates e escolhas políticos dos EUA, ao contrário dos debates políticos europeus, que estavam voltados para outros temas, como o Estado de direito; 3) nesse debate constante do liberalismo, tudo aquilo que não é liberalismo vai aparecer em meados do século XIX como um objeto de crítica, um elemento ameaçador. O filósofo evoca todos esses elementos de contexto e de distinção dos liberalismos para destacar a singularidade da forma americana, pois, segundo ele, esse, para além de uma simples opção econômica e política formulada no meio governamental, apresenta-se muito mais como uma relação entre governantes e governados, isto é, uma maneira de pensar que está no seio social (Foucault, 2021, pp. 276-277).

[...] nos Estados Unidos, o contencioso entre os indivíduos e o governo adquire mais a forma do problema das liberdades. É por isso que penso que o liberalismo americano, atualmente, não se apresenta apenas como uma alternativa política, mas é sobretudo uma espécie de reivindicação global, multiforme, ambígua, com base à direita e à esquerda. É também uma espécie de foco utópico sempre reativado. É um método de pensamento, uma grelha de análise econômica e sociológica. (Foucault, 2021, pp. 278-279).

Foucault delimita, por conseguinte, o seu objeto de estudo, deixando clara ausência de pretensão universal de sua análise do neoliberalismo americano. Desse modo, decidiu abordá-lo por meio de dois métodos de análise e tipos de programação operados por essa forma de liberalismo: a teoria do capital humano e a análise da criminalidade e da delinquência (Foucault, 2021, p. 279).

Quanto à teoria do capital humano, o interesse de Foucault se concentrou em observar os dois processos que ela representa: primeiro, o avanço da análise econômica dentro de seu próprio domínio sendo, pois, uma crítica da concepção clássica do trabalho em termos de fator tempo; o segundo, a extensão da análise econômica a domínios considerados não econômicos. Desse modo, o filósofo observa que os neoliberais, ao realizarem uma crítica à economia clássica e da análise do insuficiente do trabalho pela mesma, estavam tentando reintroduzir o trabalho no campo da análise econômica. A crítica se deu basicamente no sentido de que a economia clássica não analisou o trabalho de forma aprofundada e mesmo Adam

Smith, ao refletir sobre a divisão do trabalho e sua especialização na *Investigação sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações* (1776), fez uma análise do trabalho restrita ao fator tempo. Assim, segundo os teóricos do neoliberalismo americano, ter-se-ia alcançado a “neutralização, portanto, da própria natureza do trabalho, em proveito apenas da variável quantitativa de horas de trabalho e de tempo de trabalho, e [a] redução ricardiana⁵⁹ do problema do trabalho à simples análise da variável quantitativa de tempo” (Foucault, 2021, p. 280, nota nossa).

Ainda de acordo com a crítica dos neoliberais descrita por Foucault, a teoria econômica clássica deixou escapar a especificidade do trabalho, suas modulações qualitativas, os efeitos dessas modulações, fazendo de seu objeto de estudo apenas os processos do capital, do investimento, do produto, e refletindo o trabalho apenas como uma abstração⁶⁰. Mas essa abstração não é, de fato, o resultado da mecânica real dos processos econômicos. Ela é somente o modo como os economistas clássicos refletiram sobre o trabalho (Foucault, 2021, p. 280-281).

Aplicando uma definição do objeto econômico proposta pelo economista inglês Lionel C. Robbins (1898-1894) entre 1930 e 1932, na qual a economia é considerada como uma ciência do comportamento humano, os teóricos neoliberais apresentam a economia como uma análise da atividade dos indivíduos. Desse modo, a economia não vai analisar uma lógica histórica dos processos econômicos, todavia irá analisar, sobretudo, os comportamentos individuais e a racionalidade interna que os condiciona nas escolhas dos fins dados aos recursos raros que lhes estão dispostos. Assim, o trabalho será analisado como comportamento econômico praticado pelos indivíduos (Foucault, 2021, pp. 283-284):

Que significa reintroduzir o trabalho no interior da análise econômica? Não significa saber onde é que o trabalho se coloca entre, digamos, o capital e a produção. [...] não consiste em perguntar por quanto é que se compra o trabalho, ou o que isso produz tecnicamente, ou qual é o valor que o trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, que se formulará quando se pretender fazer a análise do trabalho em termos econômicos, será saber como é que quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Significa que, para introduzir o trabalho no campo da análise econômica, será preciso estar no

⁵⁹ David Ricardo (1772-1823) considerava que o aumento do fator trabalho traduzia necessariamente um número adicional de trabalhadores ou de horas de trabalho por homem. Cf. nota 14 da aula de 14 de março de 1979, Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021.

⁶⁰ De acordo com Foucault, os neoliberais nunca discutiram diretamente com Marx. Contudo, na mecânica econômica do capitalismo, assim como mostrou Marx, o trabalho apareceu como abstrato, uma vez que nessa lógica do capital só foi retido do trabalho a força do trabalhador e o tempo empregado na realização das tarefas, que, por conseguinte, retém apenas os efeitos de valor gerados por determinada situação de mercado. Esta abstração do trabalho é causada pelo próprio capitalismo e sua realidade histórica. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, p. 281.

ponto de vista daquele que trabalha; será preciso estudar o trabalho [...] como comportamento econômico praticado, racionalizado, calculado por quem trabalha.

O trabalhador será, em vista disso, o centro que reflete o trabalho como sujeito econômico ativo, e é preciso entender esse trabalhador para saber o que o faz trabalhar. É nesse âmbito que Foucault analisa a resposta neoliberal dada por Theodore Schultz⁶¹ e Gary Becker⁶² que recorrendo ao pensamento do matemático Irving Fisher (1867-1947), afirma que os indivíduos trabalham por um salário que é um rendimento, e que este rendimento é o resultado de um capital. O capital, por sua vez, será compreendido como o conjunto de fatores físicos e psicológicos que permitem a um indivíduo trabalhar por um rendimento. Desse modo, sob a ótica do trabalhador e segundo a teoria do capital humano, o trabalho não é uma mercadoria reduzida de forma abstrata à força de trabalho e ao tempo empregado nas tarefas laborais, mas algo que implica um capital como conjunto de suas aptidões e competências (Foucault, 2021, p. 288).

O capital humano implicado pelo trabalho é, de certo modo, inseparável do trabalhador, e a competência de quem trabalha gera fluxos de rendimentos, na medida em que não é simplesmente vendida pontualmente no mercado de trabalho por determinado salário, é remunerada ao longo de sua vida por um conjunto de salários que variam de acordo com o ingresso do trabalhador no mercado até seu esgotamento, quando esse trabalhador envelhece e não consegue mais desempenhar funções. Esse trabalhador, por conseguinte, é uma máquina que gera fluxos de rendimentos por toda a sua vida ativa (Foucault, 2021, p. 285):

Vemos assim que estamos totalmente nos antípodas de uma concepção da força de trabalho, é uma concepção de capital-competência que recebe, em função de diversas variáveis, um determinado rendimento que é um salário, um rendimento-salário, de forma que é o próprio trabalhador que surge como sendo para si mesmo uma espécie de empresa. [...] uma economia composta de unidades-empresa, uma sociedade composta de unidades-empresas: este é, simultaneamente, o princípio de decifração ligado ao liberalismo e a sua programação para a racionalização de uma sociedade e de uma economia.

Por conseguinte, tem-se uma economia e uma sociedade compostas de “unidades-empresas” (Foucault, 2021, p. 286), uma retomada da concepção de *homo œconomicus*, todavia,

⁶¹ Theodore Schultz (1902-1998), economista americano, grande defensor do campo da economia do desenvolvimento e capital humano.

⁶² Gary Becker (1930-2014), economista americano, contribuiu significativamente para a economia neoclássica, também aplicou princípios econômicos a campos considerados sociais, como crime, educação, família, saúde.

não aquele da concepção clássica, parceiro no processo da troca. Trata-se do *homo æconomicus* como um empresário de si mesmo, ou seja, que é para si mesmo o seu capital, é para si mesmo sua própria fonte de fluxos de rendimentos.

Complementarmente, na análise neoliberal descrita por Foucault, o indivíduo aparece como um homem do consumo que é também produtor, pois, o consumo é uma atividade empresarial em que se parte de seu próprio capital para produzir satisfação a si mesmo. Para o filósofo, essa análise feita pelos neoliberais, que nada tem a ver com as análises sociológicas sobre a sociedade do consumo e de massas, é uma concepção totalmente nova do *homo æconomicus*, ainda que se retome a concepção clássica como grade de análise (Foucault, 2021, pp. 286-287).

Outro fator relevante da reintrodução do problema do trabalho no campo econômico – outro aspecto da teoria do capital humano –, é a extensão da análise econômica para elementos que eram considerados até então não econômicos. O foco da análise começa a ser a composição desse próprio capital que gera fluxos de rendimentos. Assim, o capital humano disposto por esse *homo æconomicus* é composto por elementos inatos/hereditários⁶³ e elementos adquiridos. E é do lado dos elementos adquiridos, aponta Foucault, que vai se organizar todos os problemas e tipos de análise feitas pelo neoliberalismo americano. Desse modo, quando se trata de elementos adquiridos, trata-se da constituição de um capital humano que ocorre mais ou menos voluntariamente, ou seja, a formação desse capital que vai produzir fluxos de rendimentos requer que se faça investimentos educativos (Foucault, 2021, pp. 287-290).

Segundo os neoliberais, estes investimentos não se restringem à simples aprendizagem escolar ou à formação profissional, eles devem ser estendidos a todos os comportamentos dos indivíduos, ou seja, a todos os estímulos recebidos pela criança: o tempo de amamentação, o tempo passado com os pais, os cuidados recebidos, o nível cultural dos pais, entre outros. Todos esses estímulos formarão de algum modo um capital humano. Seguindo a abordagem de Foucault, essa grade de análise, tal como foi proposta pelo neoliberalismo, pode ser aplicada também aos problemas da higiene pública, da proteção à saúde, aos problemas da migração⁶⁴, etc. Tudo isto pode servir como melhoramento ou não do capital. Porém, de todo

⁶³ Os elementos inatos podem ser hereditários ou apenas inatos, sendo os hereditários aqueles que vêm como herança dos progenitores e este toca no problema dos bons equipamentos genéticos. Foucault explica que apesar de, na época, não haver tantos estudos no campo da genética, um dos interesses de sua aplicação, ou melhor, do uso dos estudos sobre a genética, estava em permitir reconhecer os indivíduos com material genético ruim e os riscos que estes poderiam correr ao longo da vida, os riscos que seriam maléficos aos indivíduos e à própria população. Trata-se da produção de bons materiais genéticos que vão entrar assim, nos cálculos econômicos. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, pp. 287-290.

⁶⁴ A migração, ou ainda, a mobilidade da população, a capacidade de escolha de mobilização da população, vistas sob a teoria do capital humano, não são apenas fenômenos negativos dos mecanismos econômicos que estariam

modo, é investimento, trata-se de esperar um lucro e aceitar o risco das perdas.

O neoliberalismo em sua forma americana é, de acordo com a abordagem do curso, uma forma muito mais radical e rigorosa que a forma europeia. A generalização da econômica de mercado a todo o corpo social é ilimitada, estendida a domínios que, até então, não passavam por uma sanção de trocas monetárias. Dessa generalização, Foucault destaca dois aspectos importantes. Primeiramente, ela funciona como princípio de inteligibilidade das relações e comportamentos dos indivíduos, isto é, a análise em termos de economia de mercado vai poder ser aplicada a domínios que não são propriamente econômicos, como, por exemplo, os relacionamentos amorosos, as relações familiares, o fenômeno do casamento, a relação mãe-filho, natalidade, educação e outros. Em segundo lugar, as análises feitas a partir desse princípio de inteligibilidade vão permitir a fundamentação e a justificação de uma crítica permanente das ações políticas e governamentais. Ou seja, a partir dessa grade econômica, será possível filtrar as ações governamentais em termos do jogo da oferta e da procura, em termos de eficácia das ações sobre esse jogo, mas, também, criticar os custos da intervenção do poder público para o domínio do mercado. Desse modo, trata-se de uma crítica mais mercantil do que política ou jurídica. A crítica mercantil é constante e se faz como princípio contrário ao governo: é um “não deixar o governo fazer [*ne-pas-laisser faire le gouvernement*]” em nome da avaliação da ação governamental por meio do mercado, isto é, “uma espécie de tribunal econômico permanente face ao governo” (Foucault, 2021, pp. 311-312).

Esses dois aspectos foram também observados por Foucault tal como na análise realizada pelos teóricos neoliberais com relação à criminalidade e ao funcionamento da justiça penal. No primeiro caso, o neoliberalismo em sua forma americana retornou ao princípio de utilidade já aplicado no sistema penal pelos reformadores do século XVIII, Beccaria e Bentham⁶⁵. Todavia, essa análise não levou em conta alguns aspectos históricos e uma série de

além dos indivíduos. Trata-se de comportamentos que são, por sua vez, escolhas de investimento que os indivíduos adotam para obter melhoria de rendimentos, ou seja, indivíduo empresa, indivíduo “investimento/investidor”. Ibid. p. 294.

⁶⁵ De acordo com Foucault – e o apresenta de forma sucinta –, os neoliberais retomam o problema da criminalidade no que parece ser um regresso aos reformadores do século XVIII, principalmente, Cesare Beccaria e (1738-1794) e Jeremy Bentham (1748-1832), o filósofo nota que havia uma grelha econômica sob a reflexão desses reformadores, uma vez tendo filtrado toda prática penal por meio de um cálculo de utilidade, procuravam um sistema penal menos oneroso, o sistema com um custo mais baixo possível. E a solução foi sugerida e apoiada por Beccaria e Bentham, respectivamente: observou na lei o princípio de economia no sistema penal. Define-se o crime, fixam-se as penas pelas leis e nas próprias leis, conforme a gravidade do crime, e o tribunal penal deverá apenas fazer a aplicação dessa lei. *O homo penalis* se torna, num sentido estrito, i.e., pela articulação da lei que toca o problema da penalidade e da economia, um *homo æconomicus*. No séc. XIX, a economia produziu efeito paradoxal, haja vista, essa lei que era forma geral da economia penal era indexada aos atos de infração, porém, o princípio de existência da lei só tinha sentido na medida em que punia um indivíduo infrator, portanto, havia um equívoco entre crime e criminoso, se estabelecendo, consequentemente, uma tendência interna de todo o sistema penal para uma espécie de modulação que individualizava a aplicação da lei (pune-se o indivíduo e não o ato),

derivações importantes, pois consideraram somente o aspecto econômico dessa reforma, qual seja, a lei como princípio da economia é a forma mais econômica e eficaz de punir, o *homo penalis*, na medida em que se expõe e pode ser punido pela lei, é estritamente um *homo æconomicus*. Por conseguinte, a análise do crime e do criminoso parte dessa grade puramente econômica, o que permite definir o crime: “aquilo que faz um indivíduo correr o risco de ser condenado a uma pena”. Foucault ainda destaca a semelhança dessa definição com a definição do código penal francês, em que o crime “é aquilo que é punido por penas aflitivas e infamantes” (Foucault, 2021, p. 316). Ainda que semelhante, há nessa definição neoliberal uma diferença crucial de ponto de vista: volta-se àquele que comete o crime, ao criminoso em potencial. Se, no código, o foco está no ato a ser punido, no neoliberalismo, o foco permanece no indivíduo que pode cometer o ato. Para ele, tal transformação é do mesmo tipo da operada sobre o capital humano e a noção de trabalho.

Nessa transformação, passa-se para o lado do sujeito, entretanto somente na medida em que ele é considerado *homo æconomicus*. Eis a grade de inteligibilidade dos comportamentos. Todavia, não se deve considerar de forma antropológica que todos os comportamentos desse sujeito sejam econômicos. Essa grade é aplicada ao comportamento do que será um novo tipo de indivíduo, o “governamentalizável”, isto é, essa grade será o princípio regulador do exercício do poder sobre o indivíduo, o campo de interação entre governo e indivíduo. Assim, ao passar para esse lado, também o criminoso poderá ser qualquer um que faça o investimento numa ação esperando um lucro e aceitando o risco da perda (Foucault, 2021, p. 317).

O sistema penal deverá lidar, antes, com indivíduos que produzam uma oferta de crime do que com criminosos. Nessa perspectiva neoliberal, a punição será, então, um meio utilizado para diminuir ou frear “externalidades negativas” dos atos (Foucault, 2021, pp. 319-320). Por conseguinte, retomam a problemática do *enforcement*⁶⁶ da lei para tratar da

juntamente a isso, problematizações da psicologia, sociologia, antropologia do indivíduo a quem a lei se aplica, e ainda, a constituição da criminologia. Em resumo, essas transformações geram a tendência do *homo legalis*, *homo penalis* ao *homo criminalis*. Segundo Foucault, os neoliberais resgatam o filtro utilitário da reforma penal, sem levar em conta, no entanto, a série de derivações que fizeram com que o *homo æconomicus* passasse para o *homo legalis*, ao *homo penalis* e depois, ao *homo criminalis*. Foucault. *Nascimento da Biopolítica*, 2021, pp. 313-315.

⁶⁶ Foucault recorre à definição feita pelo economista Gary Becker da punição, sendo esta o meio utilizado para limitar externalidades negativas, ou seja, limitar custos negativos de alguns atos, por conseguinte, proximidade ainda com os reformadores do século XVIII, mas, com uma diferença: os neoliberais resgatam o problema corrente na reflexão jurídica dos anglo-saxões, de modo a afirmar a lei como uma interdição que tem realidade institucional, necessitando, portanto, de um conjunto de instrumentos que dariam à lei, à interdição uma força real, traduzida como *enforcement*. “O *enforcement of law*” para além da aplicação da lei implica instrumentos reais para aplicação desta, é, desse modo, “o conjunto de instrumentos utilizados para dar, a esse acto de interdição em que consiste a formulação da lei, realidade social, realidade política, etc.”, esse *enforcement* será o quantitativo de punição a cada crime, a competência do aparelho de detecção do crime, a capacidade do aparelho de alcançar provas para mostrar a

penalidade. Mesmo que haja aproximação da definição de punição dos neoliberais daquela dos reformadores, há uma mudança relevante: se o sistema penal em geral e a aplicação da lei caraterísticos do século XVIII visavam a uma anulação do crime, no neoliberalismo, o *enforcement* da lei, como o conjunto de instrumentos de ação dentro do mercado do crime, irá responder à oferta do crime, isto é, será a procura negativa dessa oferta. Entretanto, ele não possui objetivo de anulação do crime, apenas o caráter de uma intervenção, a menos onerosa possível nessa oferta de crime.

Em suma, de acordo com a abordagem de Foucault, o neoliberalismo americano é uma das formas de racionalidade moderna, e, como se viu, bem mais radical que as demais, como o neoliberalismo alemão. Radical e rigorosa, porque estende uma grade ilimitada da economia de mercado a todo o sistema e corpo social, coloca-se como modo de ser e de pensar que se enraíza no próprio seio social, fazendo como seu instrumento de saber, a teoria do capital humano, de modo que as análises em termos de comportamento econômico vão se estender a campos até então não observados propriamente de ponto de vista monetário.

culpa dos criminosos, competência e eficácia do juiz, etc. Em suma, tudo o que responde à oferta do crime como comportamento com uma procura negativa. Ibid. p. 318.

4. A DESCRIÇÃO ARQUEOLÓGICA NO CURSO NASCIMENTO DA BIOPOLÍTICA

O estudo acima realizado acerca da abordagem feita por Foucault dos liberalismos não teve por objetivo principal explicitar minuciosamente cada traço das diferentes formas assumidas pela racionalidade liberal, mas evidenciar como elas são abordadas. Num curso que é usualmente situado na chamada fase genealógica, trata-se de manter atenção sobre o modo como Foucault efetuou suas análises, com a finalidade de destacar o método arqueológico. Em suma, o intuito fundamental do estudo empreendido até aqui foi o de resgatar, na abordagem dos liberalismos realizada pelo filósofo, o uso dos princípios da descrição arqueológica, ainda que ela não tenha sido diretamente mencionada nesse curso.

No decorrer das aulas, é possível observar uma grande preocupação de Foucault em realçar o que está fazendo, por exemplo, ao retomar questões de método para situar sua pesquisa aos ouvintes do *Collège de France*.

Tome-se o curso em foco. O início das aulas é marcado por uma discussão de método: o problema da suspensão dos universais históricos, indicando tratar-se de uma história da veridicção e dirigir as análises a conjuntos de práticas tal qual se apresentam. Do mesmo modo, no resumo do curso, tal postura é reiterada ao recuperar instrumentos metodológicos utilizados outrora:

Ao retomar algumas escolhas metodológicas já feitas, tentei analisar o “liberalismo” não como uma teoria nem como uma ideologia, e ainda menos, certamente, como uma maneira de a “sociedade” “se representar...”, mas sim como uma prática, ou seja, como uma “maneira de fazer” orientada para objectivos e regulada numa reflexão contínua. O liberalismo deve ser então analisado como princípio e método de racionalização do exercício do governo (Foucault, 2021, p. 394).

Foucault considerou o liberalismo como prática relevante por ele implicar o aparecimento de algumas transformações e até mesmo de novos domínios fundamentais: de um lado, um indivíduo governável a partir da grade do *homo œconomicus*, e, do outro, um domínio muito específico, a sociedade civil. Ainda conforme Foucault, “*Homo œconomicus* e sociedade civil fazem parte do mesmo conjunto, o conjunto da tecnologia da governamentalidade liberal” (Foucault, 2021, p. 366). Ao tratar dos liberalismos e suas modulações, o filósofo reitera a sua preocupação em mostrar que a sociedade não é um dado natural, não é uma realidade evidente,

como muitas teorias apresentam⁶⁷, ela é um conceito, um novo domínio correlativo de uma racionalidade na qual o governo se coloca como a condução de condutas de sujeitos econômicos.

A sociedade civil é como a loucura, é como a sexualidade. É aquilo a que eu chamaria de realidades de transacção, ou seja, é no jogo das relações de poder e daquilo que lhes escapa incessantemente que nascem, de certa maneira na interface dos governantes e dos governados, essas figuras transaccionais e transitórias que, por não terem existido desde sempre, não são menos reais e a que se pode chamar, no caso presente, de sociedade civil ou a loucura, etc. Portanto, sociedade civil [...] me parece totalmente correlativa da própria forma de tecnologia designada por liberalismo, ou seja, uma tecnologia de governo que tem por objetivo a sua própria autolimitação na medida em que está indexada à especificidade dos processos econômicos (Foucault, 2021, p. 367).

Há nesses excertos alguns indícios e conexões importantes: um afastamento dessa abordagem com tipos de análises da filosofia política, da sociologia e até mesmo da história das ideias. Declarações como esta, proferidas por Foucault sobre o método de análise dos liberalismos, que assemelham o nível de realidade da sociedade civil com o das racionalidades, conectam-se a declarações em que aborda seu problema motor e reinscreve a descrição arqueológica como método: desde o estudo sobre a psiquiatria, as ciências humanas, a medicina clínica, a prática da penalidade, entre outros, tratou-se de um fim preciso, uma história das veridicções, isto é, da maneira como, em um dado período histórico, produz-se incessantemente a divisão do verdadeiro e do falso; a análise das condições de formação ou modificação das diversas relações entre sujeito e objeto, compreendidos como dois polos em contínua metamorfose, devido à própria relação estabelecida entre ambos (Foucault, 2004a, pp. 235-236).

Ao tomar os liberalismos como práticas, Foucault inscreve essa pesquisa em seu projeto geral, ratificando uma postura metodológica que toma como domínio homogêneo de referência que chamou de *conjuntos de práticas*, ou seja, o lugar de encadeamento das formas de saber, das relações de poder e da experiência do indivíduo consigo (Foucault, 2006a, p. 338). Tratou-se, então, de estudar os domínios em que se inscrevem esses conjuntos práticos, estudar a especificidade desses domínios e seu intrincamento, suas relações uns com os outros. Em outras palavras, estudou-se como as formas de saber, as formas de poder e a experiência que o

⁶⁷ Foucault tomou como ponto de referência um texto de Adam Ferguson (1723-1816), *Ensaio sobre a História da Sociedade Civil* (1767), mas deixa claro que é apenas um exemplo entre as numerosas análises sobre a sociedade civil feitas nos séc. XVIII e XIX.

indivíduo faz consigo mesmo constituem figuras historicamente determinadas por certas formas de problematização nas quais se vê definir objetos, regras de ação e modos de relação consigo que não são invariáveis, pois dependem do período histórico a que pertencem (Foucault, 2000b, pp. 350-351).

O projeto de Foucault não visa, portanto, “captar uma ‘sociedade’ no ‘todo’ de sua ‘realidade vivente’”, mas tratar da “história, do momento em que nela se produz sem cessar a divisão do verdadeiro e do falso” (Foucault, 2006a, p. 346). Ao dar atenção a esse detalhe crucial, torna-se mais fácil a tipificação ou circunscrição do curso de 1979 nesse tipo de operação.

Aqui, caberia uma objeção: pode-se observar, no decorrer de suas aulas, que Foucault cita muitos nomes próprios, como Adam Smith, Quesnay, Eucken, Louis Rougier, Hayek, Röpke *etc.* Nesse aspecto, seria possível declarar que ao citar nomes próprios, Foucault se tenha mantido no campo de uma análise baseada no sujeito de tipo kantiano ou fenomenológico⁶⁸. Entretanto, a menção do nome próprio é usada apenas para remeter ao *autor* novamente como uma *função*. Ainda nesse aspecto há muitas implicações, mas, de um modo geral, a referência a nomes próprios permite a Foucault reagrupar discursos, fazer sua delimitação, fazer oposição a outros, e também, mostrar as relações entre eles; permite, ademais, caracterizar os modos de ser dos discursos (os estatutos dos discursos em dada época, dada cultura), ou seja, essa referência ao nome propicia evidenciar as ocorrências dos discursos, suas características de circulação e de funcionamento no interior de domínios específicos⁶⁹ (Foucault, 2009, pp. 272-274).

Cabem também objeções no sentido contrário: se Foucault falou de liberalismo e neoliberalismo, deveria ter citado todos os nomes importantes para o desenvolvimento dessas práticas ou formas de racionalidade. A resposta se encontra no próprio método de Foucault, pois, em suas análises, não se faz uma história global, mas sim geral. O diagnóstico arqueológico não é totalizante, é um recorte. Dessa maneira, o que se busca em uma época não são todos os autores que produziram e falaram, mas os sinais, os indícios de regularidade, a dispersão do discurso. Trata-se de reconstituir a rede discursiva que liga um a outro.

Segundo o estudo aqui realizado, essa é a abordagem empregada no curso

⁶⁸ Francisco, A. *La place de Rousseau dans Les mots et les choses*. Conferência apresentada no seminário Dialogues philosophiques: rencontres philosophiques entre chercheurs d’Amérique latine et d’Europe, Maison de l’Amérique latine, Paris, 6 dez. 2022. A ser publicado em: APERTURA Y MIRADA FILOSÓFICA SOBRE LA EDUCACIÓN EN JEAN-JACQUES ROUSSEAU. [S.l.]: [s.n.], [2025].

⁶⁹ Francisco, A. *A extinção do autor e o problema da criatividade no horizonte da história do pensamento*. Aula ministrada na disciplina do Programa de Pós-Graduação em Música da UNESP – Instituto de Artes, São Paulo, 2024.

Nascimento da biopolítica, já que sua atenção não está em *quem disse* ou em sua biografia, mas no próprio discurso, tenha ele emergido no século XVIII ou no início do século XX. Nessa perspectiva, não se trata de negar a existência de quem falou ou escreveu algo, mas de identificar e caracterizar o sistema em que emergiram tais discursos, a racionalidade ou as racionalidades que os coordena. O importante, então, não é o autor, e sim o próprio arquivo do período, o conjunto das práticas (modos de agir e de pensar), a massa discursiva (Foucault, 2009, pp. 273-274; 2014, pp. 25-33).

No material estudado, segundo observado, tratou-se de analisar sobretudo os discursos e o que Foucault denomina de práticas, sua regularidade, sua lógica, sua estratégia, o regime ao qual respondiam, e não o modo como essas práticas foram comandadas por circunstâncias, instituições ou ideologias (Foucault, 2006a, p. 338). Ao analisar os liberalismos, a análise empreendida abordou suas diferenças, as transformações históricas e regionais pelas quais passaram e, conseqüentemente, suas condições de possibilidade em cada um. Destarte, é um trabalho arqueológico que está em jogo ao longo de todo o curso.

4.1.As evidências do método arqueológico nas aulas do curso

Com relação ao uso da arqueologia no curso de 1979, destacam-se alguns enxertos das aulas de Michel Foucault, clarificando o que Foucault fez e como fez. Todavia, não se trata de um levantamento exaustivo, haja vista o intuito de apenas recolher indicadores.

Na aula de 10 de janeiro, primeira aula do curso, Foucault explora a modalidade de análise proposta:

[...] trata-se, se quiserem, do estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política [...]. Isto implica imediatamente uma escolha de método [...] partir desta prática tal como se apresenta, e ao mesmo tempo tal como se reflete e se racionaliza, para ver como podem efetivamente constituir algumas coisas [...] em vez de partir dos universais como grelha de inteligibilidade para algumas práticas concretas, gostaria de partir destas práticas concretas e, de certa maneira, passar os universais para a grelha dessas práticas (Foucault, 2021, pp. 26-27).

São deixados de lado, então, os conceitos e noções já instituídos, familiares, evidentes, utilizados pela sociologia, pela história e pela filosofia política, dirigindo sua atenção às práticas concretas. Essa postura não é ingênua ou alheia a uma coerência, uma vez que já se encontra, por exemplo, em *A Arqueologia do saber*, quando Foucault evita tomar como

evidentes as grandes unidades como a economia política, a medicina, a psicopatologia, mas também, a ciência, a filosofia, a literatura, entre outras:

Aceitarei os conjuntos que a história me propõe apenas para questioná-los imediatamente; para desfazê-los e saber se podemos recompô-los legitimamente; para saber se não é preciso reconstituir outros; para recolocá-los em um espaço mais geral que, dissipando sua aparente familiaridade, permita fazer sua teoria. Uma vez suspensas essas formas imediatas de continuidade, todo um domínio encontra-se, de fato, liberado. Trata-se de um domínio imenso, mas que se pode definir: é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um. Antes de se ocupar, com toda certeza, de uma ciência, ou de romances, ou de discursos políticos, ou da obra de um autor, ou mesmo de um livro, o material que temos a tratar, em sua neutralidade inicial, é uma população de acontecimentos no espaço do discurso em geral. Aparece, assim, o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como horizonte para a busca das unidades que aí se formam (Foucault, 2008a, pp. 29-30).

Essa postura questionadora das familiaridades, que evita aceitar o que se aceita habitualmente como universal, como figura histórica já definida, também está presente em *As palavras e as coisas*, desde seu prefácio, onde aponta para um modo diferente de análise, voltado para novas formas de ordem distintas do que se mostra naturalizado pela cultura.

Os códigos fundamentais de uma cultura – aqueles que regem sua linguagem, seus esquemas perceptivos, suas trocas, suas técnicas, seus valores, a hierarquia de suas práticas fixam, logo de entrada, para cada homem, as ordens empíricas com as quais terá de lidar e nas quais se há de encontrar. Na outra extremidade do pensamento, teorias científicas ou interpretações de filósofos explicam por que há em geral uma ordem, a que lei geral obedece, que princípio pode justificá-la, por que razão é esta a ordem estabelecida e não outra. Mas, entre essas duas regiões tão distantes, reina um domínio que, apesar de ter sobretudo um papel intermediário, não é menos fundamental: é mais confuso, mais obscuro e, sem dúvida, menos fácil de analisar. É aí que uma cultura, afastando-se insensivelmente das ordens empíricas que lhe são prescritas por seus códigos primários, instaurando uma primeira distância em relação a elas fá-las perder sua transparência inicial, cessa de se deixar passivamente atravessar por elas, desprende-se de seus poderes imediatos e invisíveis, libera-se o bastante para constatar que essas ordens não são talvez as únicas possíveis e mesmo as melhores (Foucault, 2000e, p. XVI).

Ao se voltar para os liberalismos, Foucault se afasta consideravelmente do que é usualmente analisado como o liberalismo clássico e suas formas modernas. Trata-se de outra

abordagem, que não assume a figura do Estado como monopólio do poder ou o sistema de produção como causa do liberalismo.

Na mesma aula de 10 de janeiro, evoca-se o problema dos jogos de verdade, indicando que as análises propostas em 1979 se inscreviam num projeto mais amplo, em vigor nos anos anteriores:

[...] tratava-se, no fundo, do mesmo problema que coloquei a propósito da loucura, a propósito da doença, a propósito da delinquência, a propósito da sexualidade [...] a política e a economia que não são nem coisas que existem, nem erros, nem ilusões, nem ideologias. É algo que não existe e que, porém, está inscrito no real decorrente de um regime de verdade que separa o verdadeiro do falso (Foucault, 2021, pp. 44-45).

A arqueologia, assim definida por Foucault, descreve o pensamento, tenta encontrar a unidade do discurso e do pensamento, mas deixa claro que o pensamento pode ser investido sobre práticas, instituições *etc.* (Foucault, 2023, p. 257). A busca pela dispersão do discurso, por aquilo que o organiza e ordena, implica também uma tarefa genealógica: estudar as relações de poder que estão implicadas nas práticas discursivas.

Tome-se abaixo um exemplo típico da análise do discurso empreendido no curso de 1979, na qual Foucault opera uma periodização para identificar conjuntos discursivos:

Ora, esse momento, do qual tentei indicar o componente principal, é o que se situa entre Walpole, de quem já vos falei, e outro texto. Walpole dizia: “*quieta non movere*” (“no que está tranquilo não se deve mexer”). Conselho de prudência, sem dúvida, e estávamos ainda na ordem da sabedoria do príncipe [...] Walpole dizia isto, penso eu, por volta de 1740. Em 1751, foi publicado um artigo anônimo no *Journal économique*. Na verdade, fora redigido pelo marquês d'Argenson, que deixara há pouco a política francesa, lembrando aquilo que o comerciante Le Gendre respondeu a Colbert quando este lhe perguntou: “Que posso fazer por vós?”: “Que podeis fazer por nós? Deixai-nos fazer”. D'Argenson, neste texto a que regressarei, diz: o que eu gostaria agora de fazer era comentar este princípio: “*deixai-nos fazer*”, porque este é o princípio que qualquer governo deve respeitar e seguir em matéria econômica. Nesse momento, estabeleceu claramente o princípio da autolimitação da razão governamental (Foucault, 2021, p. 45).

Ao situar esses dois momentos, nos quais de um lado existe Walpole e do outro o marquês D'Argenson, o foco não está nas figuras citadas, mas nos conjuntos discursivos que se fazem presentes em tais momentos, assim como nas transformações de conjunto que vão caracterizar a razão governamental moderna, detectadas pelas transformações nas próprias

massas discursivas de um período a outro de nossa história. O trabalho arqueológico é local e feito por meio de periodizações. O arquivo de cada época, uma vez circunscrito, não pode ser descrito em sua totalidade, eximindo as análises de pretensões globais. Outra característica crucial diz respeito à impossibilidade de descrição do arquivo do tempo presente. É necessário sempre haver um distanciamento cronológico. E Foucault assim o fez, ao especificar com clareza o que entende por época clássica (por volta dos séculos XVII e XVIII) e o que chama de Idade Moderna (por volta dos séculos XIX e primeira metade do XX), observando que a época moderna possui uma singularidade: é preciso analisá-la por meio das diferenças que a separam da contemporaneidade (Foucault, 1994). Trata-se, então, de um diagnóstico que se dá, não pelo retorno ao passado como algo que se deva restituir à memória como identidade, mas pela retomada do passado como algo diferente. A diferença permite sua delimitação.

Durante todo o curso, há sempre essa delimitação por meio das diferenças entre discursos, práticas e instituições de períodos e de formas diversas dentro de um mesmo período. Foucault é explícito ao afirmar que o liberalismo é uma racionalidade governamental, e, por esse motivo, dedica-se ao estudo de seu funcionamento, buscando compreender o preço pago para que isso fosse possível, que instrumentos foram utilizados, sempre num período dado e em situações específicas (Foucault, 2006b, p. 354). Ao final da aula de 24 de janeiro, Foucault reforça seu intuito:

[...] é isso que tentarei fazer este ano, considerando as coisas de forma retrospectiva, ou seja, a partir do modo como, durante estes últimos 30 anos, se estabeleceram e formularam os elementos desta crise do dispositivo de governamentalidade, e [tentando] encontrar na história do século XIX alguns elementos que permitam esclarecer a forma como é atualmente sentida, vivida e formulada a crise do dispositivo de governamentalidade (Foucault, 2021, p. 100).

É na crise do dispositivo de governamentalidade que ele identificou alguns sinais e aspectos do aparecimento e das modulações das racionalidades. Para alguns pensadores como o colombiano Santiago Castro-Gómez (1958-), a noção de governamentalidade teria sido uma nova grade de inteligibilidade para a analítica do poder que se encontrava, fazendo referência aos críticos de Foucault, em impasses teóricos (Castro-Gómez, 2010, pp. 20-21, 26-27), mas sem haver de fato uma descontinuidade entre as reflexões iniciadas em 78 e as anteriores, uma vez que ao tratar da governamentalidade, Foucault estaria tratando das relações entre poder e

verdade, logo, da análise das regras às quais os jogos de poder obedecem (Castro-Gómez, 2010, p. 25).

Quando Foucault se volta às práticas como modos de agir e de pensar, sendo elas mesmas o desenrolar de uma positividade, não havendo nada “por trás” ou exterior, tenta mostrar que algo considerado natural e universal, algo como o Estado, a sociedade, o soberano, a loucura, entre outros, são objetivações de práticas, de modo que não são, então, objetos que sempre existiram, mas campos de ação e de intervenção que resultam de conjuntos de práticas de determinados períodos históricos. Assim, estudam-se as práticas ou as objetivações, mas não as objetivações como objetos do saber dados, oferecidos a um sujeito. Esse propósito é, segundo Castro-Gómez (2010, p. 27), arqueológico e genealógico.

Tome-se outra passagem do curso:

Se me disserem: na verdade, nas análises que faz, o senhor suprime a presença e o efeito dos mecanismos estatais, então respondo: errado, o senhor engana-se e quer enganar-se, porque, na verdade, não fiz senão o contrário dessa supressão. E quer se trate da loucura, da constituição dessa categoria, desse quase objeto natural que é a doença mental, quer se trate também da organização de uma medicina clínica, da integração de mecanismos e tecnologias disciplinares no sistema penal, de qualquer forma, isso foi sempre o reconhecimento da estatização progressiva, certamente fragmentada, mas contínua, de certo número de práticas, de maneiras de fazer e, se quiserem, de governamentalidades. O problema da estatização está no próprio cerne das questões que tentei levantar (Foucault, 2021, p. 109).

Novamente, é possível observar que não se trata de partir da figura universal e familiar do Estado, do soberano, da sociedade, mas, por um método nominalista, de abordar a história e analisar os liberalismos (Foucault, 2021). Trata-se de buscar as diferentes formas de ordem em que se dispõem discursos, práticas, instituições etc.

Ainda sobre a análise local, vale recuperar outro trecho do curso, em que se pode identificar o contínuo esforço de Michel Foucault em delimitar sua pesquisa para os ouvintes.

Dito isto, nesta perspectiva e continuando a linha da análise da governamentalidade liberal, gostaria de ver um pouco como é que esta governamentalidade se apresenta, como se reflete, como é que simultaneamente opera e se analisa; em suma, como se programa atualmente. Já vos indiquei algumas das características que me parecem ser as principais da governamentalidade liberal tal como aparece em meados do século XVIII. Darei então um salto de dois séculos, pois é claro que não pretendo fazer-vos a história global, geral e contínua do liberalismo do século XVIII ao século XX (Foucault, 2021, p. 110).

Depreende-se, dessa maneira, que seu intuito não foi fazer uma história dos liberalismos no sentido tradicional dessa expressão, mas realizar uma análise discursiva das relações de poder que lhe são intrínsecas. Ainda que Foucault não tenha citado nominalmente a arqueologia no curso de 1979, diferentemente do que acontecera no curso de 1976, *Em defesa da sociedade*, em que a arqueologia é mencionada como método na primeira aula, pode-se constatar a presença da abordagem a todo tempo no decorrer das aulas, por meio dos princípios metodológicos recuperados, relacionados diretamente com a proposta arqueológica.

4.2. As críticas direcionadas ao pensamento foucaultiano

Neste tópico pretendemos apenas recuperar um exemplo dentre os modos como o projeto de pesquisa desenvolvido por Foucault foi lido e interpretado, a fim de salientar que a leitura que este estudo apresenta é de outro cunho, uma vez que visa a compreender as minúcias do que Foucault intitulou de História dos sistemas de pensamento e do método por ele utilizado em todo o seu empreendimento, sendo o curso de 1979, *Nascimento da biopolítica*, apenas um dos exemplos em que se pode encontrar a coerência metodológica de seu trabalho.

Desde cedo, as pesquisas efetuadas por Michel Foucault foram alvo de incompreensões e de interpretações sem rigor. Isso é observável na forma como Foucault tentou esclarecer seu intuito e os mal-entendidos depois da publicação de *As palavras e as coisas* em 1966:

Em *As palavras e as coisas*, eu tentara analisar as massas verbais, espécies de planos discursivos, que não estavam bem acentuados pelas unidades habituais do livro, da obra e do autor. Eu falava em geral da "história natural", ou da "análise das riquezas", ou da "economia política", mas não absolutamente de obras ou de escritores. Entretanto, ao longo desse texto, utilizei ingenuamente, ou seja, de forma selvagem, nomes de autores. Falei de Buffon, de Cuvier, de Ricardo etc., e deixei esses nomes funcionarem em uma ambigüidade bastante embaraçosa. Embora dois tipos de objeções pudessem ser legitimamente formulados, e o foram de fato. De um lado, disseram-me: você não descreve Buffon convenientemente, e o que você diz sobre Marx é ridiculamente insuficiente em relação ao pensamento de Marx. Essas objeções estavam evidentemente fundamentadas, mas não considero que elas fossem inteiramente pertinentes em relação ao que eu fazia; pois o problema para mim não era descrever Buffon ou Marx, nem reproduzir o que eles disseram ou quisessem dizer: eu buscava simplesmente encontrar as regras através das quais eles formaram um certo número de conceitos ou de contextos teóricos que se podem encontrar em seus textos (Foucault, 2009, p. 266).

Nesse excerto, Foucault se defende de críticas que alegaram certos erros em sua análise, acusada de tratar de forma descuidada dos autores ou de fazer aproximações entre eles que não faziam sentido. Isso que Foucault chamou de imprudências que teria cometido, logo se mostram fruto da aplicação de um tipo de método que não é o da história tradicional. Dependendo do tipo de leitura que se faça dos textos de Foucault, pode-se ter um entendimento parcial de sua proposta, pois mesmo que ele não tivesse plena consciência e total domínio sobre seu método, em contínuo refinamento, é possível observar desde o início uma coerência em sua abordagem. Interpretações realizadas por uma lupa de filosofia política, sociológica ou mesmo de história global, podem levar a um entendimento fechado e desprovido da riqueza que sua proposta apresenta.

A título de exemplificação, tomemos a leitura de Maurizio Lazzarato (1955-) sobre a forma como Foucault aborda o poder e o neoliberalismo. Desde já, é preciso deixar claro que sua leitura não diz respeito ao trabalho aqui empreendido, pois efetivamente não o atravessa, nem o invalida, na medida em que os objetivos estipulados por essa pesquisa não convergem para uma análise do liberalismo, mas para o método utilizado ao empreender tal análise. A recuperação da interpretação de Lazzarato funciona, aqui, como uma amostra dos tipos de interpretação que podem ser feitas ao pensamento de Foucault, sem atribuir juízo de valor a tal leitura, mas tentando mostrar um contraponto por meio das críticas que nela são feitas a Foucault.

Em *Fascismo ou Revolução?* (2019) e *Guerras e Capital* (2021), Foucault é apontado, assim como outros pensadores contemporâneos, como um “pacificador” do conceito de poder. De acordo com o pensador italiano, as concepções pós 68 são responsáveis pela impotente apreensão da estratégia capitalista e da ascensão de novas formas de fascismos (Lazzarato, 2019, p. 72). E, ainda que Foucault tivesse tratado do poder e da guerra integrando-os (de acordo com o filósofo italiano, por um curto período que foi de 1971 a 1976), teria sido incapaz de vê-la como “um componente da máquina do capital” (Lazzarato, 2019, p. 72).

Segundo Lazzarato, as teorias críticas contemporâneas, e principalmente de Foucault, assim como sua concepção não jurídica do poder, possuiriam muitos *défects*, uma vez que carecem do reconhecimento do colonialismo como parte constitutiva da ordem política do Ocidente (Lazzarato, 2019, pp. 81-82). Os conceitos de biopoder, biopolítica e governamentalidade são retomados por Lazzarato para mostrar como Foucault destituiria a biopolítica de um caráter negativo, definindo as técnicas de poder como “produtivas”: na medida em que incentiva a vida, a organiza e a ordena, trabalha sobre possibilidades etc., de modo que a guerra e a revolução estariam expulsas de suas análises (Lazzarato, 2019, p. 73).

Na leitura de Foucault, sempre de acordo com Lazzarato, a tanatopolítica seria substituída pela governamentalidade, o que distancia suas análises de qualquer concepção do poder como repressivo, violento, entre outros, o que não corresponderia à experiência própria do neoliberalismo atestada pela história.

O poder não é “fazer violência” ou “reprimir”, é mais do tipo: incitar, suscitar, solicitar. Isso é verdadeiro, mas cobre apenas uma parte das relações de poder, aquela que *Nascimento da Biopolítica* atribui ao neoliberalismo. Essa análise não corresponde às posições dos mandachuvas neoliberais pois estes estão longe de negligenciar a necessidade dos fascismos, das ditaduras, das guerras para garantir a “liberdade” (a propriedade privada) (Lazzarato, 2019, p.74).

Para Lazzarato, o pensamento da governamentalidade aceita a principal crença do governo liberal, isto é, a substituição da guerra, da estratégia em seu funcionamento impessoal, pela economia, pelas instituições e pelas relações governantes/governados. Uma vez que a definição de poder de Foucault é voltada à dimensão microfísica, negligenciaria sua dimensão macrofísica, de modo que o essencial das transformações do poder, a violência que funda e conserva o capital, seria esquecido. É isso que, segundo Lazzarato, falta à biopolítica foucaultiana: uma teoria do capital (Lazzarato, 2019, p. 83):

A passagem da anomia (suspensão da lei) ao nomos (produção de direito) é hoje uma prerrogativa do capital, e isso de duas maneiras: ou por intermédio do Estado, cuja dupla função de “soberania” e de “governamentalidade” estão à sua disposição; ou diretamente pelas multinacionais. Na realidade o capital está continuamente destruindo e produzindo direito, suspendendo e ativando, de modo a vivermos numa zona de indistinção. Se essa indistinção é o que define o estado de exceção, quem decide hoje, seguramente, não é o Estado. [...] “Nada de poder sem uma série de metas e objetivos”, salienta Foucault, que acrescenta: as “escolhas e as decisões” não vêm de um “sujeito +individual”, nem de um “Estado maior”. Se as metas e as decisões não são mais do Estado, como acreditam ainda Foucault e Agamben, mas do capital, seus objetivos e suas escolhas, embora sendo os de uma máquina e não de um sujeito individual, se parecem cada vez mais a resoluções de um Estado maior.

Lazzarato defende que a definição foucaultiana do poder mascara sua natureza negativa, repressiva, violenta e destrutiva, que tem na experiência neoliberal sua maior expressão com fascismo, racismo, nacionalismo, sexismo. A leitura foucaultiana do neoliberalismo teria deixado de lado a guerra como modo de análise e não teria abordado o colonialismo como parte crucial da ordem política neoliberal, tendo em vista que ao invés de um Estado mínimo, haveria de fato uma dominação ilimitada. O princípio de liberdade dos

governados frente aos governantes nunca teria sido adotado pelos liberais; a liberdade existiria unicamente do lado dos proprietários que exercem poder sobre os colonizados, escravizados, trabalhadores etc. (Lazzarato, 2019, p. 77).

O poder como força positiva e produtiva, tal qual Foucault o define e como o italiano lê, traria o risco de “mal-entendidos políticos” e poderia levar a uma visão incompleta do exercício do poder. Tal definição, geraria uma politização ineficaz, já que tem um efeito contrário. Seria preciso ver o poder para além de uma ação sobre outra ação, como um produtor e executor de violência sobre pessoas e coisas. Deter-se somente na análise de Foucault, promoveria uma visão “modernizadora” e limitada do poder no capitalismo (Lazzarato, pp. 2019, 74,75).

Tomando por base o estudo aqui realizado, deve-se observar de partida que não há pacificação no modo como Foucault compreende o poder, tal como afirma a crítica de Lazzarato. Para Foucault, poder é relação de forças (Foucault, 1995, pp. 240, 242; 1999, p. 88), que não são intrinsecamente boas ou más. Elas constituem uma rede de que tudo participa; são relações polimorfas, pois podem se dar de várias maneiras, mas sempre por meio do saber. Entretanto, Michel Foucault jamais negou a relação de poder como dominação ou exclusão, por exemplo, nunca afirmou que as relações de forças não fossem capazes do negativo, mas, diferentemente, pretendeu sublinhar seu caráter produtivo, isto é, aquilo que essas relações de saber-poder, ou de poder exercido pelo saber, são capazes de produzir. Tanto ele reconhece esse caráter bélico das relações de poder que, no início da primeira aula do curso de 1976, propõe a inversão da afirmação de Clausewitz, assumindo que a política é guerra por outros meios (Foucault, 1999b, pp. 88-92; 2005, p. 22). Desse modo, não se pacifica de maneira alguma o poder. O que Foucault evita é precisamente reduzir o poder exclusivamente à dominação. Ademais, ele reconhece igualmente a violência. Entretanto, segundo sua concepção, ela extrapola as relações de poder, pois onde há violência, não há possibilidade de resistência e, no campo das relações de forças, sempre há espaço para resistir. Assim, uma compreensão singular de liberdade está em jogo. Aquela em que só há liberdade no campo das relações de forças, isto é, no campo do poder, pois é onde se pode resistir. Fora desse espaço, há violência (Foucault, 1995; 1999).

Retome-se o entendimento de *positivo* e *negativo* em vigor na compreensão arqueológica, uma vez que não remetem ao que é bom e ao que é mau. A positividade do poder a que Foucault se refere, como mencionado ligeiramente acima, corresponde ao seu caráter de produção. Lazzarato observa isso muito bem: o poder produz algo como o louco, o doente, o delinquente *etc.* (Lazzarato, 2019, p. 73). Então, o poder, segundo Foucault, não é somente

exclusão, apagamento, dominação entre outros. Por exemplo, um grupo de pessoas é excluída das relações sociais por meio da internação. Seria possível fazer uma análise que se debruçasse apenas sobre esse processo de exclusão e sobre as práticas exercidas dentro do hospital. Ora, Foucault se dedica a entender como, por meio desse processo de exclusão e sobretudo dessas práticas, é produzido o sujeito louco ou o sujeito doente, a depender do período histórico estudado.

Antecipando possíveis críticas, Foucault deixa claro desde o início que não propõe uma teoria do poder, concebendo-o como “o” Poder. Trata-se, para ele, de fazer uma descrição e, a partir dela, uma tentativa de especificar tipos de relações. O uso de tal palavra arriscava gerar mal-entendidos, o que ele jamais descartou. Por isso fez questão de esclarecer com rigor o que compreende como poder (Foucault, 1999b, p. 88, acréscimo nosso):

[1º] como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; [2º] o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça e inverte; [3º] os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; [4º] as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais.

Na forma como compreende o poder, não há, como vimos, refutação de seu caráter negativo. Ele o reconhece até mesmo ao assumir que a condição de aceitabilidade do poder no ocidente está em seu modelo jurídico centrado na lei e na interdição. Todavia, insiste em apontar certa onipresença do poder, haja vista que este provém de todos os lugares, inclusive do Estado, da lei e da interdição, que são suas formas terminais, mas jamais sua origem (Foucault, 1999, p. 89).

Michel Foucault deixa claro que se afasta daquilo que denomina “economismo na teoria do poder”, isto é, de uma redução à concepção jurídica do poder ou de resumi-lo à luta de classes. Para ele, o modo de produção não é causa das relações de poder (Foucault, 2005, p. 19). Apesar de estarem presentes no modo de produção, no campo econômico e determinarem o pensamento, as relações de forças não são necessária e primariamente seu produto. Em suma, não é o modo de produção que determina uma racionalidade, haja vista que, nessa perspectiva, tratar-se-ia de uma ideologia. Pelo contrário, é a racionalidade vigente que determina as práticas, determinando também o funcionamento de um modo de produção. Desse ponto de vista, a afirmação de Lazzarato sobre faltar a Foucault uma teoria do capital, parece, então,

improcedente, na medida em que analisar as práticas discursivas e extra-discursivas jamais foi seu foco.

Ao esclarecer a concepção foucaultiana de poder, é possível então intuir que os liberalismos e mais precisamente o neoliberalismo com suas modulações, não são expressão do capitalismo. Eles são, por outro lado, racionalidades que atravessam todos os domínios da vida, todos os aspectos, todos os detalhes, de maneira que até mesmo o modo de produção é por elas historicamente abarcado, participando do jogo de forças.

Retomando a leitura realizada por Lazzarato a respeito do modo como Foucault analisa os neoliberais, Lazzarato atribui a produção de “estragos” na interpretação que a teoria crítica contemporânea faz dos conceitos de biopolítica e governamentalidade, pois, para ele, ela é “altamente problemática” e “acrítica” (Alliez; Lazzarato, 2021, p. s.n.). Segundo ele, a forma como, por exemplo, Gary Backer é apresentado em *Nascimento da biopolítica*, “como grande inovador, o modernizador das políticas penais, aquele que desloca os próprios termos da questão em plena sintonia com a saída de nossa sociedade da era das ‘disciplinas’” (Lazzarato, 2019, p.75), é insatisfatório, pois a política penal ter mudado de questões a serem respondidas e a nova problematização da delinquência são ridículos frente aos anos de políticas repressivas que produziram maior enclausuramento “disciplinar”, à exemplo a população carcerária dos EUA.

Os EUA praticaram um encarceramento em massa que não correspondia aos critérios inovadores do “capital humano”, porém, mais prosaicamente, a uma política de “guerra racial” que está nas bases da constituição material estadunidense e que o neoliberalismo reativou no quadro mais geral de sua guerra para restabelecer o poder da economia. O discurso poderia ser reproduzido tal qual pelo “capital humano”, cuja verdadeira significação é tirar a força de trabalho do assalariado de modo que ele assuma sozinho os riscos e custos de sua atividade. Individualização, empobrecimento e culpabilidade regem as políticas do “capital humano”. [...] Essas análises sobre a natureza “produtiva” do poder trazem o risco de introduzir mal-entendidos políticos, já que a ação do poder está reduzida a seu lado “produtivo”, performativo, constitutivo dos sujeitos e das instituições (Lazzarato, 2019, p.76).

Todavia, quando se retorna ao que diz Foucault na mesa redonda de 20 de maio de 1978, é possível observar que, partindo da análise de conjuntos de práticas, ao fazer a descrição dos discursos, Foucault observou que essas práticas e esses discursos tinham efetivamente efeitos no real, apesar de não terem se cristalizado totalmente na realidade. Mesmo que não seja em seu estado puro e primeiro, o esquema racional que é próprio do aprisionamento penal, das práticas psiquiátricas, do domínio da sexualidade entre outros, se faz presente.

Procuro ver o jogo e o desenvolvimento de realidades diversas que se articulam umas com as outras: um programa, o laço que o explica, a lei que lhe dá valor coativo etc.. são tanto realidades (embora de um outro modo) quanto as instituições que lhe dão corpo, ou os comportamentos que nele se reúnem mais ou menos fielmente. Vocês me dirão: nada acontece como nos "programas". Estes não são nada além de sonhos, de utopias, uma espécie de produção imaginária que o senhor não tem o direito de substituir pela realidade. O Panóptico de Bentham não é uma boa descrição da "vida real" das prisões do século XIX. [...] Ao que eu responderei: se eu quisesse descrever a "vida real das prisões, não teria, de fato, me dirigido a Bentham. Mas que essa vida real não seja a forma ou o esquema dos teóricos não quer dizer, por isso, que esses esquemas sejam utópicos, é uma leitura bem pobre. Por um lado, sua elaboração responde a toda uma série de práticas ou de estratégias diversas [...]. Por outro lado, essas programações induzem toda uma série de efeitos no real (o que não quer dizer, evidentemente, que elas podem valer em seu lugar e seu espaço): elas se cristalizam nas instituições, informam o comportamento dos indivíduos, servem de grade para a percepção e apreciação das coisas (Foucault, 2006a, pp. 344-345).

Tendo em vista que não se trata de buscar na realidade programações teóricas puras e ideais, mas de buscar no arquivo de um período os discursos que o caracterizam e a racionalidade que permite sua constituição, quando Foucault cita Becker, deve-se considerar essa abordagem própria. Por exemplo, na aula de 28 de março de 1979, ao citar Becker em sua definição do *homo œconomicus* – aquele dotado de um comportamento racional sensível a modificações nas variáveis do meio e que lhes responda de forma sistemática e não aleatória – , não deixa de reconhecer, em sua argumentação, que se trata de uma definição absurda, mas não menospreza sua importância prática, uma vez que ela introduziu técnicas comportamentais presentes nas teorias de Skinner e na psicologia de modo geral, por exemplo. Ele insiste ainda que a definição dada por Becker não foi efetivamente reconhecida pela maioria dos economistas. Entretanto, é possível encontrar nela traços de uma racionalidade. Assim, Becker não é de fato um ponto importante na análise de Foucault. Assim como ele, poderiam ser citados outros economistas do período como marca discursiva da racionalidade neoliberal. Mas Becker funciona como um indicador (Foucault, 2021, p. 335).

4.3. A importância da Arqueologia para novas formas de diagnóstico da atualidade

Diante do estudo desenvolvido até aqui, vale destacar a importância do método arqueológico para o projeto geral de Foucault, no curso de 1979 e como uma perspectiva de

leitura da atualidade. Recordemos que a abordagem utilizada pelo filósofo tem como material a descrição do arquivo de uma época, sem negligenciar que essa descrição não pode ser feita no arquivo do presente, pois é necessário haver uma distância cronológica para que se possa analisar algo. Para analisar o mesmo é preciso ser outro. Todavia, essa distância não remete a uma simples volta ao passado como recordação. O arquivo é o que permite delimitar o presente e diagnosticá-lo, pois, ele é tanto aquilo que desaparece de uma época, quanto aquilo que se mantém da mesma (Foucault, 2023, p. 252).

A descrição arqueológica redescobre, então, a unidade do discurso, ou do pensamento, e o arquivo é justamente o sistema em que ocorrem sua formação e sua transformação (Foucault, 2008a, p. 147). Assim como, na medicina, certos tipos de exames detectam algumas enfermidades, sendo que alguns possuem mais precisão que outros para realizar um diagnóstico, a arqueologia é um exame possível que pode identificar certos aspectos que talvez escapem a outro tipo de abordagem.

Trata-se de desenvolver uma dispersão que nunca se pode conduzir a um sistema único de diferenças, e que não se relaciona a eixos absolutos de referência; trata-se de operar um descentramento que não permite privilégio a nenhum centro. Tal discurso não tem por papel dissipar o esquecimento, reencontrar no âmago das coisas ditas, e onde elas se calam, o momento de seu nascimento (quer se trate de sua criação empírica ou do ato transcendental que lhes dá origem); não tenta ser recolhimento do originário ou lembrança da verdade. Tem, pelo contrário, de fazer as diferenças; constituí-las como objeto, analisá-las e definir seu conceito. Ao invés de percorrer o campo dos discursos para refazer, por sua conta, as totalizações suspensas, ao invés de procurar, no que foi dito, o outro discurso oculto, que permanece o mesmo (ao invés, portanto, de ele fazer, sem interrupção, de alegoria e de tautologia), opera sem cessar as diferenciações: é diagnóstico. (Foucault, 2008a, pp. 230-231).

É com Kant que Foucault reconhece uma nova postura em relação à atualidade. De acordo com o filósofo francês, é na questão da *Aufklärung* que se vê o aparecimento ou umas das primeiras manifestações de um certo modo de filosofar que marcará toda a modernidade, isto é, interrogar-se sobre sua própria atualidade. Kant marca, então, duas grandes tradições críticas modernas: a analítica da verdade e a ontologia da atualidade (Foucault, 2010, p. 21). É a essa tradição crítica a que Foucault buscou se vincular fazendo o uso da arqueologia.

Para Foucault, uma maneira de reconhecer e questionar a atualidade encontra-se na análise do arquivo, pois dele detém indicadores de uma região privilegiada para esse trabalho filosófico: o arquivo é o que dá a si mesmo e a nós as regras pelas quais se pensa, se fala e se age; ele é a condição de existência e coexistência, aparecimento e desaparecimento dos

discursos; é simultaneamente próximo e diferente da atualidade que nos pertence. O arquivo não é o passado, não é o presente, nem o futuro. Ele “é a orla do tempo”, e, cercando o presente, domina-o e o delimita (Foucault, 2008a, p. 148).

Diagnóstico: mas de quem? De nós mesmos que falamos e fazemos o diagnóstico. O que é esse diagnóstico? Dizer a diferença, a distância. Dizer esse desvio que nos mantém à distância do que é o passado e o futuro, à distância do próprio presente. Falar a partir deste interstício, desta falha. (Foucault, 2023, p. 252. Tradução nossa).

De acordo com Foucault, essa análise do arquivo pelos discursos que estão deixando de ser os nossos é onde se pode identificar o limiar daquilo que já não se encontra mais na nossa prática discursiva, e isso está fora da nossa própria linguagem, no distanciamento dessas práticas discursivas. É nesse afastamento das nossas próprias práticas que a descrição arqueológica serve para o diagnóstico da atualidade, porque, ao definir o que nos separa de práticas que já não são as nossas, rompemos com as continuidades, dissipamos a identidade temporal que nos serve de espelho (Foucault, 2008a, p. 148).

A descrição arqueológica rompe com as filosofias transcendentais, deixando de interrogar o homem, a subjetividade, evidenciando, assim, o outro e o externo. Para Foucault, no lugar do homem e da filosofia transcendental, no lugar do sujeito constituinte, tem-se o discurso. As práticas discursivas falam o que somos e dizemos, constituem nossos limites. Essa é a questão filosófica da modernidade, e a filosofia, nessa perspectiva, é o discurso dos discursos. Por muito tempo, de acordo com Foucault, a filosofia esteve atrelada ao homem, sendo o elo entre ele e os deuses. Mas, com a morte do homem, esse modo de filosofia também morre, ressurgindo de outra forma. Porquanto, a filosofia como discurso dos discursos, não é eterna e fechada, ela muda de acordo com a configuração da cultura (Foucault, 2023, p. 259).

O uso da descrição arqueológica, não serve, então, para prever o futuro, para prever o que seremos. Ela permite estabelecer as diferenças que nos constituem e nos diferenciam na forma de diagnóstico. Ao deixarmos as teleologias transcendentais, ao nos afastarmos dos horizontes previamente estabelecidos por continuidades, ao nos afastarmos das promessas a retornos, abrimo-nos para as diversas possibilidades do ser e do fazer. Essas possibilidades não se encerram no que é o homem, nem no que é o sujeito, nem sequer no fim a que nos destinamos. Não há um fim esperado e definido nesse modo de abordagem da atualidade, mas algo a ser constituído que não possui forma prévia.

Esse é trabalho que Foucault denomina de “ontologia crítica de nós mesmos”, na qual, ao identificarmos nossos limites, podemos transpô-los, trabalhando sobre nós como seres livres. Nossos limites históricos são rompidos, pois criticamos o que somos ao analisar esses limites, o que explicita ultrapassagens possíveis. Podemos, afinal, ser diferentes do que somos e do que fomos. Esse é o trabalho impaciente e árduo da liberdade, de acordo com Foucault (2000b, pp. 348, 351).

5. CONCLUSÃO FINAL

O pensamento de Foucault ainda marca as discussões contemporâneas sob diversas linhas e perspectivas de leitura e interpretação, das quais esta pesquisa participa. No entanto, o propósito desta dissertação não se limitou a apresentar os liberalismos e neoliberalismos por ele no curso de 1979. Ele teve como intento retomar o próprio projeto que orientou Michel Foucault ao longo de seus anos dedicados à pesquisa filosófica, enfatizando a singularidade de seu método e a maneira como ele foi mobilizado em suas análises.

O curso *Nascimento da biopolítica* constituiu um material de estudo no qual nos propusemos a identificar traços da arqueologia, um modo de análise histórica aberto e experimental que dá riqueza ao pensamento de Foucault. Ele não é método que se pretende globalizador, tampouco uma via de análise que reivindica para si o lugar da verdade última, mas uma atitude que busca fazer emergir as condições de possibilidade de determinados enunciados em épocas específicas. Foi a partir dessa compreensão que nos propusemos alguns objetivos: 1º) resgatar o projeto foucaultiano em sua coerência interna, mostrando como a arqueologia segue operando, mesmo nas fases chamadas genealógicas; 2º) evidenciar o uso da arqueologia especificamente nesse curso, trazendo à tona as escolhas metodológicas presentes nas análises ali desenvolvidas; 3º) destacar a importância desse método para que fosse possível a Foucault realizar uma análise singular do neoliberalismo.

Por meio do curso de 1979, de textos que foram publicados e mesmo de outros cursos ministrados aqui realizada, pôde-se observar que, apesar de não citar nominalmente todas as vezes o uso da arqueologia, Foucault pontuava frequentemente que operava dentro de um projeto geral, e que esse projeto possuía princípios de conduta bem específicos, como o afastamento do sujeito de tipo kantiano e a suspensão dos universais antropológicos. Tais princípios são justamente aqueles característicos do método arqueológico. Em seus últimos escritos, que datam de 1984, há um resgate desse seu projeto de conjunto que demarca com rigor o que havia realizado e os caminhos trilhados.

[...] a história crítica do pensamento [...] é a história da emergência dos jogos de verdade: é a história das “veridicções”, entendidas como as formas pelas quais se articulam, sobre um campo de coisas, discursos capazes de serem ditos verdadeiros ou falsos [...] Ora, essa questão – ou esta série de questões – que é a de uma “arqueologia do saber”, Michel Foucault não a propôs e não gostaria de propô-la a respeito de qualquer jogo de verdade. [...] Não se trata certamente de saber como se constituiu durante a história um “conhecimento psicológico”, mas como se formaram diversos jogos de verdade através dos

quais o sujeito se tornou objeto de conhecimento. [...] Tomar como fio condutor de todas essas análises a questão das relações entre sujeito e verdade implica certas escolhas de método. [...] A primeira regra de método para esse tipo de trabalho é, portanto, esta: contornar tanto quanto possível, para interrogá-los em sua constituição histórica, os universais antropológicos (e também, certamente, os de um humanismo que defenderia os direitos, os privilégios e a natureza de um ser humano como verdade imediata e atemporal do sujeito). Também é preciso inverter o procedimento filosófico de remontar ao sujeito constituinte do qual se exige dar conta do que pode ser todo objeto de conhecimento em geral; trata-se, pelo contrário, de descer ao estudo das práticas concretas pelas quais o sujeito é constituído na imanência de um campo de conhecimento. Sobre isso, é também preciso estar atento: recusar o recurso filosófico a um sujeito constituinte não significa fazer como se o sujeito não existisse e se abstrair dele em benefício de uma objetividade pura; [...] Um terceiro princípio de método: dirigir-se como campo de análise às “práticas”, abordar o estudo pelo viés do que “se fazia”. [...] Michel Foucault aborda as coisas de uma maneira totalmente diferente. Estuda, inicialmente, o conjunto das maneiras de fazer mais ou menos regradas, mais ou menos pensadas, mais ou menos acabadas através das quais se delineia simultaneamente o que constituía o real para aqueles que procuravam pensá-lo e dominá-lo, e a maneira como aqueles se constituíam como sujeitos capazes de conhecer, analisar e eventualmente modificar o real. São as “práticas”, concebidas ao mesmo tempo como modo de agir e de pensar, que dão a chave de inteligibilidade para a constituição correlativa do sujeito e do objeto. [...] Ora, a partir do momento em que, através dessas práticas, estava em pauta estudar os diferentes modos de objetivação do sujeito, compreende-se a importância que deve ter a análise das relações de poder. (Foucault, 2004a, pp. 235-238).

O modo como Foucault abordou os liberalismos, e mais precisamente as formas de neoliberalismo, evidenciando suas respectivas singularidades, permitem identificar um traço muito específico que já estava presente nos seus empreendimentos anteriores, como na análise dos domínios da loucura e das ciências humanas, por exemplo: o resgate do traço distintivo daquilo que, num período específico, organizou objetivações e subjetivações, da rede de relações que intrinsecamente mobilizam saberes e formas de poder. Trata-se, portanto, da postura medular de um modo de análise histórica direcionado a positividades, à maneira em que se articulam, nos períodos estudados, as condições de aceitabilidade de práticas discursivas e de exercício de poder. Essa é uma tarefa da arqueologia, de acordo com o filósofo (Foucault, 2004a, p. 235).

Apesar de haver leituras que assinalam certa acriticidade no trabalho de Michel Foucault, em especial quanto ao seu modo de descrever o poder, a biopolítica ou o neoliberalismo, este estudo tentou inversamente explicitar a presença de uma postura crítica minuciosa e cuidadosa. O rigor de seu projeto e o método utilizado esquivaram-se de afirmações que pretendiam ser absolutas e universais; a postura lúcida de seu trabalho o manteve cauteloso

para se atentar às menores transformações, aos traços sutis das racionalidades que emergiram e se desdobraram historicamente, zelando continuamente por um modo de análise que não se pretendia fechado e global. Ao tomar distância de uma história das ideias, Foucault acabou assumindo o encargo de ser incompreendido e de, constantemente, ter de retomar seus princípios de método a fim de explicar o que estava fazendo e qual sua aposta.

Em suma, esta pesquisa não teve por intenção negar outros modos de análise histórica, nem tampouco negar a realidade, mas, ao contrário, destacar o uso da arqueologia dentro de um curso marcado cronologicamente como genealógico, ressaltando o valor dessa ferramenta para a análise de arquivos que já não nos pertencem inteiramente. Tratou-se, aqui, de ratificar que a arqueologia permite uma visão mais delicada e cirúrgica dos acontecimentos, pois indica que o cuidado e a observação do solo epistemológico de que fazemos parte e em que falamos é crucial para entendermos certas práticas, as verdades por ela produzidas, os modos de ser engendrados, e também para vislumbrarmos novas possibilidades de pensar, de fazer e de ser que não nos encerram em nós mesmos.

REFERÊNCIAS

- Alliez; Lazzarato, 2021, *Guerras e Capital*. Tradução Pedro Paulo Pimenta. São Paulo: Ubu editora, 2021.
- Bilger, F. *La pensée économique libérale dans l'Allemagne contemporaine*. Paris: Librairie générale de droit et de jurisprudence, 1964.
- Castro-Gómez, Santiago. *Historia de la gubernamentalidad*. Razón de Estado, liberalismo y neoliberalismo en Michel Foucault. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Pontificia Universidad Javeriana-Instituto. Pensar; Universidad Santo Tomás de Aquino, 2010.
- D'Argenson. Lettre à l'Auteur du Journal économique, au sujet de la dissertation sur le commerce de M. le Marquis Belloni. In: *Journal économique*. VI. Paris: 1751.
- D'Argenson. *Mémoires et journal inédit du marquis D'Argenson*. V5. Paris: 1858.
- Foucault, M. Foucault répond (1971). In: Foucault. *Dits et écrits II*, 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994a.
- Foucault, M. *Une histoire restée muette* (1966). In: Foucault, M. *Dits et Écrits I*. Paris: Éditions Gallimard, 1994b.
- Foucault, M. O sujeito e o poder. In: Dreyfus, H. e Rabinow, P. (Orgs) *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- Foucault, M. *O que é crítica?* Conferência proferida em 27 de maio de 1978. Tradução de Gabriela L. Borges. Edições texto e grafia, 1999a.
- Foucault, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. 13º ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed Graal, 1999b.
- Foucault, M. A vida: a Experiência e a Ciência. In: Foucault, M. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 1ª ed. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000a.
- Foucault, M. O que são as Luzes (1984). In: Foucault. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 1ª ed. Tradução de Elisa Monteiro Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000b.
- Foucault, M. Estruturalismo e Pós-estruturalismo. In: Foucault, M. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 1ª ed. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000c.
- Foucault, M. Prefácio à edição inglesa (1970). In: Foucault, M. *Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento*. 1ª ed. Tradução de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000d.
- Foucault, M. *As palavras e as coisas*. 8º ed. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000e.

Foucault, M. Foucault (1984). In: Foucault, M. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004a.

Foucault, M. O cuidado com a verdade (1984). In: Foucault, M. *Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2004b.

Foucault, M. *Em defesa da sociedade*: curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

Foucault, M. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: Foucault, M. *Estratégia, Poder-Saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006a.

Foucault, M. Posfácio de L'impossible Prison. In: Foucault, M. *Estratégia, Poder-Saber*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2006b.

Foucault, M. *A Arqueologia do Saber*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

Foucault, M. *Segurança, território, população*: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

Foucault, M. O que é um Autor? (1969). In: Foucault, M. *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema*. 2ª ed. Tradução de Inês Autran Dourado. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2009.

Foucault, M. *O governo de si e dos outros*: curso no Collège de France (1982-1983). 1ª ed. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2010.

Foucault, M. Títulos e trabalhos. (1969). In: Foucault, M. *Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina*. Tradução de Ana Lúcia Pessoa. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2011.

Foucault, M. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo: edições Loyola, 2014.

Foucault, M. *História da sexualidade*: o uso dos prazeres. 3ª ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

Foucault, M. *Nascimento da Biopolítica*: curso ministrado no Collège de France (1978- 1979). Tradução de Pedro Elói Duarte. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2021.

Foucault, M. *Le Discours Philosophique*. Paris: Seuil/Gallimard, 2023.

Foucault, M. *O que é o Iluminismo?* (1984) Tradução de Vera Portocarrero. Disponível em: <https://michel-foucault.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/iluminismo.pdf>. Acesso em: 20 maio 2025.

Francisco, A. *A extinção do autor e o problema da criatividade no horizonte da história do pensamento*. Aula ministrada na disciplina do Programa de Pós-Graduação em Música da UNESP – Instituto de Artes, São Paulo, 2024.

Francisco, A. *La place de Rousseau dans Les mots et les choses*. Conferência apresentada no seminário Dialogues philosophiques: rencontres philosophiques entre chercheurs d'Amérique

latine et d'Europe, Maison de l'Amérique latine, Paris, 6 dez. 2022. A ser publicado em: APERTURA Y MIRADA FILOSÓFICA SOBRE LA EDUCACIÓN EN JEAN-JACQUES ROUSSEAU. [S.l.]: [s.n.], [2025].

Hayek, F. A. *O caminho da servidão*. 6. ed. Tradução: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

Kant, I. *Os Progressos da Metafísica*: «quais são os verdadeiros progressos que a Metafísica realizou na Alemanha, desde os tempos de Leibniz e de Wolff?» (1793). Tradução: Artur Morão. Portugal: Edições 70, [2000].

Lazzarato, Maurizio. Em *Fascismo ou Revolução?* O neoliberalismo em chave estratégica. 1º ed. Tradução de Takashi Wakamatsu e Fernando Scheibe. São Paulo: n-1edições.org, 2019.

Machado, R. *Foucault, a ciência e o saber*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

Revel, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. Tradução de Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos, SP: Clara Luz, 2005.

Slobodian, Q. *Globalists: the end of empire and the birth of neoliberalism*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2018.

Yazbek, A. *10 Lições sobre Foucault*. 6º ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.